

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

**Trabalho Prescrito, Real e Mediação do Sofrimento: O Caso
dos Jornalistas de um Órgão Público.**

Felipe Burle dos Anjos.

Brasília

2009

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Trabalho Prescrito, Real e Mediação do Sofrimento:

O Caso dos Jornalistas de um Órgão Público.

Felipe Burle dos Anjos

Brasília

2009

Universidade de Brasília

Instituto de Psicologia

Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações

Trabalho Prescrito, Real e Mediação do Sofrimento:

O Caso dos Jornalistas de um Órgão Público.

Felipe Burle dos Anjos

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações.

Orientadora: Ana Magnólia Bezerra Mendes

Brasília

Junho de 2009

Esta dissertação de mestrado foi submetida à aprovação dos seguintes membros:

Professora Doutora Ana Magnólia Bezerra Mendes (Presidente)
Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações
Universidade de Brasília

Professor José Leite Vieira (Examinador)
Instituto de Psicologia
Universidade de Brasília

Professor Marcus Vinícius Siqueira (Examinador)
Programa de Pós Graduação em Administração
Universidade de Brasília

Professor Maria César Ferreira (Examinador)
Programa de Pós Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações
Universidade de Brasília

À Ísis, minha filha que está chegando.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a todos aqueles que participaram dessa minha trajetória:

À Renata, minha mulher, que esteve sempre ao meu lado.

Aos meus pais, Rodrigo e Carmem.

Ao meu irmão Guilherme e sua noiva, a jornalista Luciana Seabra.

Aos amigos Iron Chaves, Miguel Gil Pinheiro Borges, e Victor Hugo Rios Werneck, por estarem sempre presentes.

À minha orientadora, Ana Magnólia.

Aos colegas do Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho, em especial Adalberto Vital, Emílio Facas, e Vinícius Sena.

Aos jornalistas do órgão público pesquisado, pela disponibilidade e por acolherem a minha proposta.

Ao amigo jornalista Bruno Sodré, pelas suas contribuições.

Aos amigos do Serviço de Qualidade de Vida do Senado Federal, principalmente à Denise Lisbôa e ao Juvenal Fernandes, por me ensinar a prática do psicólogo do trabalho.

E, por fim, ao professor de jornalismo Luiz Martins, da Universidade de Brasília.

Sumário

Resumo	ix
Abstract	xi
Résumé	xiii
Introdução	15
Pressupostos	19
A pesquisa	21
Cap. 1 – Trabalho de Jornalismo no Serviço Público	23
1.1 Revolução Industrial: o Taylorismo e o Fordismo	24
1.2 A Revolução Tecnológica	27
1.3 A Indústria Cultural	30
1.4 Jornalismo no Serviço Público	35
Cap. 2 – Contribuições da Psicodinâmica no trabalho em agências de jornalismo	39
2.1 As estratégias de mediação	45
2.2 O trabalho enquanto instituição organizada	47
2.3 Pesquisas realizadas	52
2.4 Agências de Jornalismo	59
2.5 Mídias das Fontes	60
Cap. 3 – Método	63
3.1 Participantes	63
3.2 Piloto	64
3.3 Coleta de dados	65
3.4 Análise dos dados	66

Cap. 4 – Resultados	68
4.1 O trabalho prescrito	69
4.2 O trabalho real	70
Cap. 5 – Discussão	76
5.1 Descrevendo a organização do trabalho dos jornalistas do	77
órgão público sob a ótica do trabalho real	
5.2 A discrepância entre o trabalho prescrito e o trabalho real ...	87
5.3 As estratégias de mediação	90
Cap. 6 – Conclusão	94
Referências	100

Resumo

Este estudo de caso investiga o impacto da discrepância entre o trabalho prescrito e o real nas estratégias de mediação frente ao sofrimento dos jornalistas. Mais especificamente descreve a organização do trabalho de jornalistas do serviço público; verifica a discrepância entre o trabalho prescrito e o real; e identifica seus efeitos sobre o sofrimento e as estratégias de mediação utilizadas. Os participantes são jornalistas de um órgão do serviço público. O referencial teórico é da Psicodinâmica do Trabalho que estuda a saúde psíquica dos trabalhadores, por meio da dinâmica que envolve a organização do trabalho e as mediações utilizadas para evitação do sofrimento e a busca de prazer no trabalho. Os modos de organização do trabalho predominantes são taylorismo, fordismo e toyotismo. Estes modelos tendem a aumentar a distância entre trabalho prescrito e trabalho real. Como trabalho prescrito entende-se a divisão da tarefa, normas, ritmos, prazos e controles. Todavia, nenhuma regra pode dar conta da realidade de trabalho, recheada de ineditismos, paradoxos e contradições. O trabalho real é a ação de trabalhar, de completar ou de transgredir a prescrição para alcançar os resultados esperados. O prazer é a vivência de gratificação e realização no trabalho, ocorre quando é possível encontrar soluções para as dificuldades encontradas frente às discrepâncias entre o prescrito e o real. O sofrimento é a vivência de angústia, medo e insegurança diante destas discrepâncias da organização do trabalho. A pesquisa utiliza método qualitativo. A coleta de dados referentes ao trabalho prescrito foi pesquisa documental; a coleta referente ao trabalho real consistiu em seis entrevistas individuais de uma hora de duração cada, com roteiro semi-estruturado. Todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e submetidas à Análise de Núcleos de Sentido, técnica adaptada da análise de conteúdo. Os três Núcleos encontrados foram: “É a burocracia que acaba com

tudo”, “A gente não é burocrata que faz uma matéria e joga no site” e “Vou me ocupando de outras coisas para me sentir ativo profissionalmente”. Os resultados apontam discrepâncias entre as prescrições e entre as prescrições e o real. Este se caracteriza como uma organização do trabalho flexível, boa remuneração, alta qualificação dos profissionais, identificação com a profissão de jornalista, estabilidade de emprego e bastante tempo ocioso, contrariando a pressão por produção e o ritmo acelerado do referencial teórico. Demonstrando que existe um grave quadro de alienação cultural, liderança deficiente, precarização das condições de trabalho, e sentimentos de frustração profissional, descompromisso com a instituição e desamparo pela ausência de diálogo sobre o trabalho com a hierarquia. As vivências são de prazer pelo que lhes é oferecido em termos salariais e de estabilidade no emprego; todavia, são de sofrimento porque eles se percebem longe da preparação jornalística que possuem. As mediações utilizadas são, entre outras, baixo engajamento dos trabalhadores, se ocupam de outras coisas para se sentir ativos profissionalmente. Conclui-se que há um empobrecimento do sentido do trabalho pela estrutura do serviço público.

Palavras-chave: Trabalho Prescrito, Trabalho Real, Jornalistas.

Abstract

This case study investigates the impact of the discrepancy between prescript work and real work at the strategies of mediation of the public services journalists suffering. More specifically describe the works organization of public service journalists; verify the discrepancy between prescript and real work; and identify their effects over the suffer and the strategies of mediation used. The participants are journalists of a public service organ. The theoretical framework is Psychodynamic of Work which studies the mental health of workers, through the dynamics surrounding the works organization and the mediations used to suffer avoidance and pleasure search at work. The ways of work organization predominant are taylorism, fordism and toyotism. These models tend to grow the distance between prescript work and real work. Prescript work shall be understood as the tasks division, rules, rates, deadlines and controls. However, no rule could take all work reality, full field by novelty, paradoxes and contradictions. The real work is the action of work, of completing or of transgress the prescription to reach the expected results. The pleasure is the experience of bonus and performance at work, and it occurs when is possible to find solutions to the difficulties found front the discrepancies between prescript and real. The suffer is the experience of anguish, fear and insecurity facing these differences in work organization. The research uses the qualitative method. The collect of data concerning the prescript work was documental research; the collect concerning the real work consisted of six individual interviews of one hour each, with a script semi-structured. All the interviews were recorded, transcribed and subjected to Analyses of Cores Sense, technique adapted from the Content Analysis. The tree Cores found were: “It is the bureaucracy that ends with everything”, “We are not bureaucrats for making a report and play on the site” and “I

occupy myself with other things to feel professionally active”. The results point discrepancies between prescriptions and between prescriptions and real. This characterized as a flexible work organization, good remuneration, high professional qualifications’, identification with the journalist profession, work stability and a lot of idle time, contrary the pressure for production and the speedy rhythm of theoretical framework. It was shown the existence of a serious picture of cultural alienation, poor leadership, precarious working conditions, and feelings of professional frustration, lack and helplessness with the institution by the absence of dialogue on the work with the hierarchy. The pleasure is experienced by high wage and work stability; nevertheless, the suffer is experienced by the distance from the journalist training they had. The mediation used are, among others, low engagement of workers and occupy themselves with other things to feel professionally active. Concludes that there is an impoverishment of the meaning of work by the structure of public service.

Key-words: Prescribed Work, Real Work, Journalists.

Résumé

Cette étude de cas examine l'impact de l'écart entre travail prescrit et réel dans les stratégies de la médiation avant la souffrance des journalistes. Plus spécifiquement décrire l'organisation du travail des journalistes du secteur public ; vérifier l'écart entre le travail prescrit et le réel ; et identifier ses effets sur la souffrance et les stratégies de médiation utilisées. Les participants sont des journalistes à partir d'un organe public. Le cadre théorique de la psychodynamique du travail est que les études de la santé mentale des travailleurs grâce à la dynamique qui implique l'organisation du travail et de la médiation pour la prévention de la souffrance et de la recherche du plaisir au travail. Les méthodes d'organisation du travail prédominantes sont le taylorisme, le fordisme et le toyotisme. Ces modèles ont tendance à accroître l'écart entre travail prescrit et travail réel. Comme le travail prescrit, il y a la répartition des tâches, règles, tarifs, délais et contrôles. Toutefois, aucune règle ne peut tenir compte de la réalité du travail, rempli par la nouveauté, de paradoxes et de contradiction. Le travail réel est l'action de travail, de compléter ou transgresser la prescription pour atteindre les résultats espérés. Le plaisir est la vie de satisfaction et de réussite au travail se produit quand il est possible de trouver des solutions aux difficultés rencontrées par les divergences entre les prescriptions et la réalité. La souffrance est la vie de l'angoisse, de peur et d'insécurité face à ces différences dans l'organisation du travail. La recherche utilise la méthode qualitative. La collecte des données se rapportant au travail prescrit a été une recherche documentaire ; la collecte concernant le travail réel était en six entretiens individuels d'une heure de durée chacune, avec le dialogue semi-structuré. Toutes les interviews ont été enregistrées, transcrites et soumises à l'Analyse de Carottes de Sens, adaptée la technique d'Analyse de Contenu. Les trois carottes ont été : « Il s'agit de la bureaucratie qui finit

par tout », « On n'est pas un bureaucrate qui joue dans le domaine et du site », « Je me suis occupé d'autres choses à se sentir professionnellement actives ». Les résultats montrent des divergences entre les prescriptions et entre les prescriptions et la réalité. C'est comme une organisation flexible du travail, bon salaire, de haute qualification des professionnels, l'identification à la profession de journaliste, la stabilité de l'emploi et de beaucoup le temps d'inactivité, en opposition de la pression pour la production et l'accélération du rythme de la référence théorique. On constate une grave aliénation culturelle, leadership défaillant, effritement des conditions de travail, et des sentiments de frustration professionnelle, le manque d'engagement et le désarroi par l'absence de dialogue sur le travail avec la hiérarchie. Les vit sont si heureux qu'ils sont offerts dans les salaires et la stabilité de l'emploi ; toutefois, souffrent parce qu'ils se sentent loin de la préparation des journalistes qui ont. Les médiations sont utilisés, entre autres, le faible engagement des employés, des relations avec les autres choses que de se sentir professionnellement actives. On observe l'appauvrissement du travail vis-à-vis de la structure de service public.

Mot-clés : Travail Prescrire, Travail Réel, Journalist.

Introdução

Trabalhar, hoje, não é a mesma coisa do que antes. O mundo do trabalho transformou-se com as inovações tecnológicas e administrativas. O trabalho mudou junto com a sociedade, marcada pelo êxodo rural, pela vida nas grandes cidades, pela Revolução Industrial, pela inserção da mulher no mercado de trabalho remunerado, pela criação de novas profissões, etc. O modo como o trabalhador vivencia sua realidade também mudou.

A existência de uma sociedade é função do trabalho de seus membros. Este prende o indivíduo à realidade e lhe oferece um lugar seguro na sociedade (Freud, 1969/1997). Todavia, o trabalho é tanto fonte de prazer quanto de sofrimento (Dejours, 1996). As transformações ocorridas no âmbito do trabalho afetaram também as relações de prazer e sofrimento que o trabalhador vivencia.

O processo migratório do campo para as cidades foi incentivado principalmente pelas possibilidades de trabalho. Com o advento dos modernos modos de produção passou-se pela Revolução Industrial, cujo impacto social fora enorme, tanto pela oferta de emprego para massas de trabalhadores desqualificados quanto pelas grandes produções que contemplavam grande parte da elite e, posteriormente, outras camadas da sociedade. O modo como o trabalho é organizado acompanhou as transformações e passou a ser gerido pelos princípios da administração científica, também conhecidos como taylorismo, em referência ao seu fundador.

Uma verdadeira epidemia desses princípios extrapolou o contexto industrial para outras áreas de trabalho, inclusive para a vida privada. Com as suas devidas adaptações, os modos de organização conhecidos como fordismo e toyotismo e outros evoluíram dos princípios científicos. O trabalho cadenciado, ritmado e extremamente controlado

não levava em consideração o trabalhador, que era tratado como uma peça da engrenagem (Dejours, 1980/1992). Uma peça muitas vezes descartável, desvalorizada por quem planeja o trabalho. As leis trabalhistas limitaram a exploração desumana da mão-de-obra, por se tratar de uma questão de saúde pública. Cabe citar ainda, embora não sejam objeto dessa dissertação, as mudanças em função da inserção da mulher no mercado de trabalho.

Como referencial teórico optou-se pelo uso da abordagem da Psicodinâmica do Trabalho. Sua escolha se dá por esta ser uma das abordagens científicas de ruptura com a abordagem taylorista, que distancia a concepção da execução do trabalho. Segundo o referencial teórico, a saúde do trabalhador é vivenciada nas relações de prazer e de sofrimento no trabalho (Mendes, 2002). O prazer é naturalmente edificante, enquanto o sofrimento desestabiliza. Para lidar com o sofrimento o trabalhador desenvolve estratégias de defesa que podem ser tanto coletivas quanto individuais (Mendes, Borges e Ferreira, 2002). Sendo o sofrimento inerente à condição existencial humana, ele sempre existirá, mas deve ser amenizado, evitado ou ressignificado (Mendes, 2007). A discrepância entre o trabalho prescrito e o trabalho real causa sofrimento e o seu entendimento mais profundo subsidia uma ação no sentido contrário.

Acredita-se que o estudo dos jornalistas do serviço público nesta abordagem trará grandes contribuições para o entendimento do trabalho deles, na medida em que se obtêm elementos fidedignos para a compreensão da realidade de trabalho. Noticiar, enquanto trabalho, sofreu grandes transformações ao longo do tempo (Seabra, 2002). As novas tecnologias e os meios de comunicação de massa alteraram a forma com que este trabalho é realizado e organizado. O serviço público, antes fonte de informação para órgãos de comunicação, em especial o jornalismo, agora possui seus próprios meios de

comunicação, com a sua própria mão de obra, são as *mídias das fontes* (Sant'Anna, 2008), ou mídias corporativas.

No Brasil, o serviço público é responsável por uma significativa parcela do mercado de trabalho, ao contrário de outros países, cuja iniciativa privada é predominante. Tornou-se uma alternativa de trabalho que ressalta algumas características únicas, como a estabilidade¹ de emprego e a não redução do salário, entre outras (IPTAN, 2009).

As pesquisas sobre Psicologia do Trabalho nas organizações públicas ainda são escassas quando comparadas com a quantidade de produções sobre categorias que trabalham na iniciativa privada. Mendonça e Mendes (2005) falam das experiências de injustiça, sofrimento e retaliação no contexto de uma organização pública, demonstrando como as reações do trabalhador podem ser consideradas tipos de estratégias de enfrentamento do sofrimento e da insatisfação originados da experiência da injustiça. Lima (2008) faz um levantamento em uma instituição pública da organização, das condições e das relações sócio-profissionais de trabalho, relacionando-as às vivências de prazer e sofrimento nas organizações, bem como aos indicadores de risco de adoecimento.

No campo da Psicodinâmica do Trabalho, as produções abarcam uma ampla gama de categorias profissionais, como: naqueles que lidam com atendimento ao público (Ferreira e Mendes, 2001); nas reflexões sobre a relação entre o quadro clínico diagnosticado e a situação de trabalho de atendidos nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Glina, Rocha, Batista e Mendonça, 2001); na análise da problemática psicossocial do trabalho de motoristas de coletivo urbano na Cidade do Recife (Almeida, 2002); sobre trabalhadores da Brigada Militar no Rio Grande do Sul

¹ Servidores públicos efetivos, concursados, com mais de três anos de trabalho gozam da estabilidade – direito previsto na Constituição Federal de 1988 que os protege das variações de mercado e do medo de demissão.

(Amador, Santorum, Cunha e Braum, 2002); enfermeiras (Fernandes, Ferreira, Albergaria, Conceição, 2002); caixas executivos do setor bancário (Merlo, Barbarini, 2002); caixas de agências bancárias no Rio de Janeiro (Palácios, Duarte, Câmara, 2002); trabalhadores de uma construtora (Barros e Mendes, 2003); trabalhadores bancários (Rocha, 2003; Mendes, Costa, Barros, 2003); trabalhadores portadores de lesões por esforços repetitivos (Merlo, Vaz, Spode, Elbern, Karkow, Vieira, 2003); trabalhadores do ramo informal (Morrone, Mendes, 2003); operadores de uma indústria de produção (Rosenfield, 2003); trabalho de enfermagem (Simoni, Santos, 2003); trabalhadores de uma central de atendimento (Abrahão, Torres, 2004); terceirizados da central de teleatendimento de um departamento de trânsito (Abrahão e Torres, 2004); trabalhadores de uma empresa automatizada (Lucca, Schmidt, 2004); trabalho de pecuaristas (Porcher, 2004); trabalho bancário (Resende, Mendes, 2004); o auxiliar de enfermagem (Sznelwar e Uchida, 2004); trabalhadores do serviço de limpeza hospitalar (Sznelwar, Lancman, Wu, Alvarinho, Santos, 2004); trabalhadores rurais (Peres, Rozemberg, Lucca, 2005); profissionais de mergulho profundo (Figueiredo & Athayde, 2005); professores do ensino fundamental (Moraes, 2005); trabalhadores de uma cooperativa de confecção (Barfknecht, Merlo, Nardi, 2006); catadores de material reciclável (Sousa & Mendes, 2006); uma equipe de enfermagem de UTI (Gomes, Lunardi Filho & Erdmann, 2006; Gutierrez, Ciampone, 2006); trabalho dos líderes religiosos (Mendes, Silva, 2006); trabalho docente (Santos, 2006); trabalho policial (Spode, Merlo, 2006); bancários e trabalhadores anistiados políticos de uma empresa pública de comunicação (Ferreira, Mendes, Calgaro, 2006; Ferreira, 2007); trabalhadores de uma unidade de alimentação e nutrição (Colares, Freitas, 2007); trabalhadores terceirizados de uma indústria petrolífera (Figueredo, Alvarez, Athayde, Suarez, Pereira, 2007); informatização do trabalho da enfermeira (Fonseca, Santos,

2007); agentes de trânsito (Lancman, Sznelwar, Uchida, Tuacek, 2007); os Agentes Comunitários de Saúde (Martines e Chaves, 2007); trabalhadores de uma escola pública capixaba (Mascarello, Barros, 2007); músicos de uma banda de blues (Assis, Macedo, 2008); psicólogos da área de RH (Silva & Merlo, 2007); trabalhadores de uma empresa familiar (Hernandes, Macêdo, 2007), e; trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil (Iriat, Oliveira, Xavier, Costa, Araújo, Santana, 2008).

Os estudos sobre jornalismo concentram-se majoritariamente no objeto jornalístico (como jornalismo esportivo, político, etc.). Utilizando a Psicodinâmica do Trabalho, foram encontrados os estudos de Heloani (2006) relacionando estresse e qualidade de vida no trabalho de jornalistas de São Paulo; os de Grisci e Rodrigues (2007) num jornal da iniciativa privada no Rio Grande do Sul; e Silva e Heloani, (2007), realizando uma análise comparativa do estresse entre jornalistas e guardas municipais, todos concernentes à iniciativa privada.

Pressupostos.

“É objeto da psicodinâmica do trabalho o estudo das relações dinâmicas entre organização do trabalho e processos de subjetivação” (Mendes, 2007, p. 29). O acesso a essas relações dinâmicas se dá pela palavra. É na palavra expressa formalmente pela organização ou informalmente pelos colegas que se possibilita ressignificar o sofrimento, onde ele pode ser reconhecido e discutido, conseqüentemente fortalecendo as relações de camaradagem, solidariedade, cooperação, empatia, ou seja, relações fundamentais na constituição do coletivo de trabalho.

Essa palavra não existe por si só, ela precisa ser expressa. “A saída para esta problemática da transformação do sofrimento é o espaço público da fala, constituído pela cooperação, que reflete o trabalho vivo, as dinâmicas intersubjetivas e a política

implicam um espaço de opiniões, eventualmente contraditórias, que podem ser livremente formuladas e publicamente declaradas” (Mendes, 2008, p. 24). A construção do coletivo de trabalho passa pela atividade deôntica, ou seja, uma atividade de expressão, de escuta e discussão. Um coletivo de trabalho é algo muito frágil e construído no engajamento da subjetividade do trabalhador no espaço de trabalho. Nesse sentido a entrevista realizada nesta pesquisa proporciona um espaço para elaboração e expressão do trabalho. Embora não seja o objetivo da presente pesquisa, falar sobre o trabalho é, inevitavelmente, intervir no trabalho.

Uma intervenção no trabalho gera resistências. Escutar é um risco (Dejours, 2004a). Um risco de se dar vazão a um conteúdo inconsciente, de reconhecer o sofrimento e modificar a organização do trabalho. Um risco de se combater a dinâmica da alienação imposta pela organização do trabalho. Esse risco torna necessário tomar cuidados éticos para tentar evitar conseqüências desagradáveis desencadeadas em função da pesquisa. A não identificação dos sujeitos ou da instituição é uma estratégia de se produzir conhecimento sem que os pesquisados paguem um preço incompatível com o esforço da produção do conhecimento.

Um olhar clínico procura pelas discrepâncias entre o trabalho prescrito e o trabalho real. Essa discrepância faz mister a utilização das estratégias de mobilização coletiva e individual pelos trabalhadores. Identificar e analisar essas estratégias e suas relações com a organização do trabalho é a grande contribuição que essa pesquisa pretende alcançar. Consiste em desvelar o aspecto invisível do trabalho dos jornalistas do serviço público. Considerando a posição central que o trabalho possui na vida dos indivíduos, relações de trabalho saudáveis são uma questão de saúde pública (Karam, 2008).

O trabalho, para a Psicodinâmica do Trabalho, é um exercício de democracia e cidadania. O estabelecimento de elementos prescritos é importante, pois é sob as regras que se construiu nossa sociedade democrática. É nesse jogo laboral cotidiano que se exercita a democracia e cidadania.

A Pesquisa.

Diante do apresentado, elaborou-se a seguinte pergunta de pesquisa: quais as mediações utilizadas pelos jornalistas para confrontar o sofrimento originado na discrepância entre trabalho prescrito e real? O objetivo é realizar uma análise do impacto dessa discrepância nas estratégias de mediação utilizadas frente ao sofrimento dos jornalistas do serviço público sob a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. Mais especificamente descrever a organização do trabalho de jornalistas do serviço público; verificar a discrepância entre o trabalho prescrito e o real; e identificar seus efeitos sobre o sofrimento e as estratégias de mediação.

O presente estudo justifica-se pelo escasso número de estudos com a categoria dos jornalistas – os já citados estudos de Heloani (2006), Silva e Heloani (2007), e Grisci e Rodrigues (2007). As pesquisas existentes, por sua vez, ao contrário da presente pesquisa, não possuem como principal referencial teórico a Psicodinâmica do Trabalho. Outro caráter inédito é que não existem estudos sobre jornalistas de órgãos públicos, apenas da iniciativa privada. Também é relevante avançar teórica e metodologicamente com uma proposta de conceituação mais específica sobre o trabalho prescrito. Apesar de o sofrimento ser vivenciado pelo trabalhador, não é visível a outros observadores; as estratégias utilizadas para lidar com esse sofrimento, por outro lado, são visíveis. Estudá-las é fundamental para captar o sofrimento no trabalho.

O interesse do pesquisador sobre a profissão de jornalistas teve início com um diagnóstico organizacional de uma Agência de Jornalismo, realizado quando o pesquisador trabalhava em uma instituição pública diferente da utilizada na presente pesquisa.

Para responder a questão de pesquisa, o estudo está dividido em seis capítulos. Os Capítulos 1 e 2 dissertam sobre diversas concepções de trabalho, o impacto da Revolução Industrial, a epidemia dos modelos taylorista, fordista e toyotista, a indústria cultural, e o enfoque da Psicodinâmica do Trabalho; a seguir mudamos o foco da organização do trabalho de maneira geral para o jornalismo e o serviço público. Apresentam-se distinções típicas de cada um e conceitos importantes para uma análise psicodinâmica. Em seguida o Capítulo de Método, detalhando o caminho tomado; o estudo piloto; o roteiro das entrevistas com os jornalistas e a pesquisa documental; a escolha da Análise de Núcleo de Sentidos como ferramenta de análise das entrevistas com os jornalistas, além de uma análise qualitativa da discrepância entre o trabalho prescrito e o real. O Capítulo 4 mostra os resultados da pesquisa documental e das entrevistas. Na seqüência, os Capítulos 5 e 6 discutem e concluem o estudo.

Cap. 1 – Trabalho de Jornalismo no Serviço Público

Nenhuma sociedade que contradiga o seu próprio conceito, o de humanidade, pode ter plena consciência de si.
(Adorno, 1944/2007, p. 89)

A definição de trabalho nunca foi uma unanimidade, e com as transformações recentes seu significado também mudou. A supervalorização da economia na sociedade atual reduz a concepção de trabalho às atividades remuneradas, e atribui valor maior às atividades que são mais bem remuneradas. Uma concepção que desumaniza o trabalho, atribuindo-lhe um status mercantil. Por outro lado, uma definição muito aberta, como a do senso comum, descrita nos dicionários, pode deixar o fenômeno grande e complexo demais para ser estudado.

Para o presente trabalho buscam-se algumas definições na literatura. Rezende (2003) realizou um levantamento de diferentes pontos de vista sobre o trabalho: para a Filosofia é o que diferencia o homem dos animais; para os antigos gregos poderia ser tanto intelectual quanto corporal; Freud o entende como a ligação do indivíduo com a realidade; Sartre ressalta seu aspecto ação e emancipação; etimologias da palavra que remetem a instrumento de tortura, a fadiga, e outros; suas funções de organização do tempo e da coletividade; suas vivências de prazer e sofrimento.

Nas ciências exatas, como a Física, trabalho é uma medida da energia transferida pela aplicação de uma força ao longo de um deslocamento. A Biologia o entende como um fenômeno ou conjunto de fenômenos que ocorrem num organismo e que de algum modo lhe alteram a natureza ou a forma. Nas ciências sociais, como a Economia, ele é estudado como um fator econômico, medido em termos de horas dedicadas, salário ou eficiência.

Dentro da perspectiva da Psicologia do Trabalho a definição também varia, segundo Malvezzi, por exemplo, o “trabalho é uma prática transformadora da realidade que viabiliza a sobrevivência e a realização do ser humano” (Malvezzi, 2004, pág.13). Outros orientam suas abordagens para o trabalho (suas funções, tarefas e atividades) ou para a pessoa, detalhando os CHAOS – conhecimentos, habilidades, aptidões e outras características (Spector, 2002/2006).

Cada uma dessas definições contribui à sua maneira. A importância de se estudar esse objeto reflete na quantidade de produções sobre o tema. Diante da complexidade do objeto faz-se mister clareza na delimitação da abordagem utilizada. O objetivo deste Capítulo é subsidiar filosoficamente a concepção de trabalho segundo o enfoque da Psicodinâmica do Trabalho, que será apresentada no próximo Capítulo. O referencial teórico foca na organização do trabalho, na discrepância entre o trabalho prescrito e o real; na subjetividade e na saúde do trabalhador. Seu tom crítico vem de afiliações filosóficas com a Escola de Frankfurt e de seu embasamento freudo-marxista.

A teoria da centralidade do trabalho ressalta o alto valor que o trabalho possui na sociedade atual. O status de seu ocupante, seu poder de consumo, sua qualidade de vida, o reconhecimento pela realização, e outros aspectos potencializados em função do ato de trabalhar. A concepção central alcançada pelo trabalho está relacionada a um projeto de sociedade. Um marco nessa concepção foi a Revolução Industrial, que visava uma produção do mesmo modo o consumo em larga escala.

1.1 Revolução Industrial: o Taylorismo e o Fordismo

A possibilidade de trabalho nas grandes indústrias para as massas menos favorecidas, sem depender da sazonalidade do clima ou demanda, como nas lavouras ou no artesanato respectivamente, atraiu muita gente do campo para as cidades. A produção

ininterrupta precisava de mão-de-obra e não exigia muita qualificação prévia. O contexto industrial laboral, entretanto, era extremamente insalubre².

O sucesso da Revolução Industrial se dá na produção em massa de um determinado produto. Isto é possível devido à padronização das atividades dos trabalhadores. A coordenação do conjunto da força de trabalho alcança resultados nunca antes vistos. Produções recordes dão acesso a condições que muitas pessoas antes não tinham. Todavia, ambiciosos por mais lucro, explorava-se cada vez mais a força de trabalho.

A medida mais comum da força de trabalho, criticada por Marx (1867/1983), é o dia de trabalho. Quanto mais um indivíduo trabalhasse num dia, mais ele produziria, conseqüentemente mais lucro ele geraria para a empresa – embora nem sempre seu salário acompanhe essa relação. Essa dinâmica produziu perversidades absurdas no decorrer da história, na qual adultos e crianças trabalhavam por dias sem parar nem para dormir, descansar ou se alimentar³, até morrer de inanição⁴. A criação das leis

² Ambientes sem condições mínimas como higiene ou ventilação. Marx (1867/1983) descreve doenças pulmonares em trabalhadores causados pelo excesso de pó de algodão ou pó de vidro (nas indústrias da tecelagem e da vidraçaria, respectivamente), só para exemplificar. E ainda havia uma mobilização por parte da organização para desmerecer ou negar essa relação entre as condições de trabalho e o estado de saúde do trabalhador.

³ “A manufatura de fósforos data de 1833, quando se inventou o processo de aplicar o fósforo ao próprio palito. Desde 1845 desenvolveu-se rapidamente na Inglaterra, espalhando-se das zonas mais populosas de Londres nomeadamente para Manchester, Birmingham, Liverpool, Bristol, Norwich, Newcastle e Glasgow e junto com ela o trismo, que, segundo a descoberta de um médico de Viena já em 1845, é doença peculiar dos produtores de fósforo. A metade dos trabalhadores são crianças com menos de 13 anos e jovens com menos de 18. A manufatura é tão mal-afamada, por ser insalubre e repugnante, que somente a parte mais degradada da classe trabalhadora, viúvas famintas, entre outras, cede-lhe crianças, ‘crianças esfarrapadas, meio famintas, totalmente desamparadas e não educadas’ (*Children’s Employment Commission, 1863*, p. 24, 22 2 XI). Das testemunhas inquiridas pelo comissionário White (1863), 270 tinham menos de 18 anos, 40 menos de 10, 10 apenas 8, e 5 apenas 6. A jornada de trabalho variava entre 12, 14 e 15 horas, com trabalho noturno, refeições irregulares, em regra no próprio local de trabalho, empestado pelo fósforo. Dante sentiria nessa manufatura suas fantasias mais cruéis sobre o inferno ultrapassadas” (Marx, 1867/1983, p. 198).

⁴ “E essa era uma das melhores casas de moda de Londres. Mary Anne Walkley adoeceu na sexta-feira e morreu no domingo, sem haver, para surpresa de Dona Elise (empregadora), terminado antes a última peça. O médico, Sr. Keys, chamado muito tarde ao leito de morte, testemunhou perante o Coroner’s Jury (Júri que averigua a causa de morte) em secas palavras:

‘Mary Anne Walkley morreu, por excesso de horas de trabalho, numa oficina superlotada e por dormir num cubículo superestreito e mal ventilado’.

Para dar ao médico uma lição de boas maneiras, declarou o Coroner’s Jury:

trabalhistas e dos direitos dos trabalhadores foram regulamentações estatais à questão da desumanização do mundo do trabalho.

Numa tentativa de aprimorar o controle sobre o trabalhador, Taylor desenvolveu os *princípios da administração científica*, na qual a forma de trabalho na linha de produção, seu ritmo, seu tempo e seus movimentos deveriam ser analisados e determinados visando o aumento do desempenho (Crainer, 1998/1999). Ele estudou minuciosamente a realização da atividade, contando o número de passos necessários, ângulos em que se deveria levantar um objeto do chão, quantidade de repetições, etc. O homem deveria ser como uma peça do maquinário industrial.

Quanto mais simples a tarefa, mais rápida era sua execução. Um produto de complexa elaboração fragmentado em muitas pequenas etapas de complexidade mínima agiliza a produção. Cada uma dessas etapas era atribuída a um trabalhador que a repetiria exaustivamente, especializando-se nela, logo a realizando mais rápido. Não é necessário que o trabalhador tenha a compreensão completa do trabalho, apenas da parcela sob sua responsabilidade.

O aumento do desempenho, porém, não foi acompanhado pelo aumento do reconhecimento ou do valor da força de trabalho. Pelo contrário, com a baixa complexidade da tarefa não havia motivo para um trabalhador qualificado, portanto, o reconhecimento do trabalho ficava restrito a quem o planeja, e vetado a quem o executa. A apropriação da dinâmica do reconhecimento é consequência da tentativa de controle máximo do trabalhador.

Ford aprimorou os princípios da administração científica na produção de veículos automotores (Sobral e Peci, 2007). Cada homem operaria apenas uma máquina, realizando sua tarefa de maneira cada vez mais rápida e especializada. Assim,

‘A vítima morrera de apoplexia, havendo porém razão para temer que sua morte tenha sido apressada por sobretrabalho numa oficina superlotada etc.’”(Marx, 1867m 1983, PP. 204-205).

ele não gastaria tempo para refletir sobre qualquer coisa, mesmo que seja sobre como melhorar o trabalho. Todo seu tempo deveria ser voltado para a eficiência da produção. As tarefas concernentes ao planejamento do trabalho não caberiam aos trabalhadores.

1.2 Revolução Tecnológica: o Toyotismo

A automação é o principal objetivo da indústria. Trabalhar sem parar e sem reclamar. A profecia das máquinas realizando todo o trabalho do mundo deixando os homens livres para outras atividades não se concretizou. Pelo contrário, o domínio e o aprimoramento da máquina abriram inúmeros postos de trabalho, inventaram novas profissões, e atualmente trabalha-se cada vez mais.

Nem o trabalho braçal efetivamente diminuiu. Todavia, não só o braço do trabalhador é apropriado pelo capital, agora também seu intelecto e subjetividade (Antunes, 1999). A desqualificação do trabalhador, até certo ponto necessária para lidar com a fragmentação do trabalho, dá lugar à qualificação complexa da polivalência.

O trabalho adaptou-se com o advento da tecnologia impactando fortemente em sua organização. No Japão, a fábrica da Toyota desenvolveu um modelo específico que fez muito sucesso, servindo de inspiração para outros países e empresas. Segundo Antunes (2001), são traços básicos do toyotismo: “uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, diferenciando-se da produção em série e de massa do taylorismo/fordismo” (Antunes, 2001, p. 54); fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções; a estrutura do processo produtivo é flexível, possibilitando ao operário operar simultaneamente várias máquinas; o tempo de produção deve ser mais bem aproveitado (princípio do *just in time*); possuem uma quantidade mínima de estoque de peças de reposição (sistema *kan-ban*); terceiriza boa parte de sua cadeia produtiva, privilegia-se

uma estrutura organizacional horizontal (até mesmo com as empresas terceirizadas); e constitui grupos de trabalhadores para se discutir como melhorar o desempenho.

O modelo taylorista/fordista, que massificava a produção e os trabalhadores, enfrentava dificuldades com a crise do capital e forçava uma reestruturação produtiva (Gonçalves, 2004). A rigidez e a parcialidade das tarefas realizadas deram lugar à flexibilização das relações de trabalho. O trabalhador não passa mais longas horas no local de trabalho, levando trabalho para casa. A flexibilização do trabalho, ao contrário da primeira impressão que causa, aumenta a exploração da força de trabalho.

Flexibilizar horários, dentre outras possibilidades, por exemplo, é uma forma de aumentar o número de horas trabalhadas. O trabalhador pode ser facilmente localizado fora do trabalho com os modernos meios de comunicação, e a qualquer momento pode ser requisitado para uma atividade, tarefa ou questão. Mesmo não sendo instigado por alguém fisicamente situado no trabalho, ele carrega o trabalho, pois pensa constantemente nos problemas do trabalho e em como resolvê-los, chegando até a sonhar com o trabalho.

Existem inúmeras formas de exploração baseadas na flexibilidade, como: a flexibilidade numérica, a flexibilidade temporal, a flexibilidade produtiva, e a flexibilidade funcional. Para exemplificar uma delas, a flexibilidade temporal é a capacidade das empresas para introduzir modificações rápidas tanto na quantidade de tempo que os trabalhadores dedicam ao emprego como nos horários e turnos de trabalho. Assim, o trabalhador tem a miragem à sua frente de que pode adaptar o trabalho a sua vida e estilo pessoal, quando na verdade sua vida e estilo pessoal são janelas cada vez menores entre seu tempo de trabalho, seja ele realizado em casa ou na empresa.

Os *princípios da administração científica* adaptados à revolução tecnológica foram aos poucos contaminando o mundo do trabalho. Atualmente, inúmeros campos de trabalho se submetem à competitividade predatória do mercado, como empresas, escolas, hospitais e serviços prestados pelo Estado. De maneira análoga, pensam-se estes em uma esteira de produção que circula a mercadoria em ritmo cada vez mais rápido. A mercadoria, antes peças automotivas, agora é a informação, a educação, a saúde, etc.

Numa escola, por exemplo, as crianças precisam estar cada vez mais preparadas, com cada vez mais conhecimentos, mesmo que a maioria nunca chegue a usá-los. Para aumentar os lucros, cada professor deve ensinar cada vez mais alunos. Como resultados, tem-se salas de aula cada vez mais lotadas, pouco contato humano, transtornos de ansiedade e depressão tanto nos alunos quanto nos professores e em demais trabalhadores do ramo (Aguiar e Almeida, 2008).

Na área da saúde, impõe-se ao profissional um número mínimo de atendimentos por dia/semana/mês, como se saúde fosse algo que se pudesse mercantilizar. A pressão por um número maior de atendimentos compromete a qualidade destes, que transformam o contato médico-paciente num momento de troca de dinheiro por uma prescrição médica por remédios que eliminem o mais rapidamente possível os sintomas; ao invés de servir para uma coleta de dados sobre o quadro geral da saúde e uma reeducação de hábitos e comportamentos.

A apropriação da dinâmica do reconhecimento é consequência da fragmentação do trabalho e da divisão entre quem o planeja e quem o executa. O aluno agora tem inúmeros professores, cada um especialista em um único objeto. Nenhum deles é capaz de precisar com exatidão o nível de conhecimento e apreensão do conteúdo ensinado. O paciente passa por uma infinidade de profissionais de saúde – os médicos das mais

diversas especialidades, enfermeiros, técnicos de enfermagem, nutricionistas, psicólogos, assistentes sociais e mais. São tantos que ninguém sabe exatamente quem estão tratando, apenas o que estão tratando.

O serviço público, por lei, realiza algumas atividades de natureza exclusiva (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988), pois são essenciais à população e não devem sofrer as intempéries das leis de mercado. No entanto, ainda assim exige-se um desempenho cada vez maior, há pressão por resultados, por uma maior capacitação (ainda que o trabalho não acompanhe esse progresso pessoal) e por produção (Ferreira, 2007). Setores não lucrativos são desvalorizados e cobrados, mesmo não sendo função do Estado acumular lucros. O aumento de impostos no Brasil cresce junto com a precarização dos serviços públicos prestados. O Estado terceiriza seus serviços para driblar direitos trabalhistas e custos com a mão-de-obra, enriquecendo empresários à custa de um serviço já pago pela população na forma de impostos, e impondo aos trabalhadores terceirizados condições precárias aliadas à gestão do medo da demissão.

O taylorismo, o fordismo e o toyotismo não são as únicas formas de organização do trabalho pós-industrial. Mas, por sua vez, representam um referencial de destaque e, direta ou indiretamente, influenciam o mundo do trabalho.

1.3 Indústria Cultural

A tese da centralidade do trabalho disserta sobre a posição que o trabalho ocupa na vida das pessoas. Além de se situar no cerne, expande seus domínios para outras áreas da vida dos indivíduos, como o tempo livre e o lazer. O trabalho é a base do projeto de civilização que pode afastar o homem da barbárie. O modo de produção

capitalista vigente pode extrair as riquezas para os donos do capital da exploração da única coisa que a maioria pode oferecer: sua mão-de-obra.

A padronização do trabalho transformou toda uma complexa gama de possibilidades – que é o trabalho – em um rígido processo de seguimento de regras. E não é apenas a padronização do trabalho que é imposta, mas também os seus produtos. Não há opções de consumo, apenas os mesmos produtos com diferenças insignificantes. É a partir do consumo dessa produção padronizada de massa que se desenvolve a cultura da sociedade atual. Os produtos e serviços consumidos hoje em dia são os hábitos, tradições e símbolos. Uma cultura imposta por quem detém os meios de produção que regula quando, como e onde será transformada e comercializada a matéria-prima.

Imposta de cima para baixo, o conceito de indústria cultural proposto por Adorno (1944/2007) é, na verdade, uma crítica cultural:

“Mas a crítica cultural somente pode reprovar tão incisivamente a cultura por sua decadência, apontada como uma violação da pura autonomia do espírito, uma prostituição, porque a própria cultura surge da separação radical entre trabalho intelectual e trabalho braçal, extraindo dessa separação, desse ‘pecado original’, a sua força. Quando a cultura simplesmente nega essa separação e finge uma união harmoniosa, regride a algo anterior ao seu próprio conceito. Somente o espírito que, no delírio de seu caráter absoluto, se afasta por inteiro do mero existente determina verdadeiramente o mero existente em sua negatividade: mesmo que apenas um mínimo de espírito permaneça ligado à reprodução da vida, ele também há de ficar comprometido com ela.” (Adorno, 1944/2007, p. 88).

Crítica a uma sociedade que é dominada pelo trabalho e pelas leis de mercado. Que padroniza tanto o trabalho e os meios de produção quanto seu consumo e os modos de se viver. Que estandardiza comportamentos, hábitos, tradições e consciências. Que retira o homem do local de trabalho sempre que possível para substituí-lo por uma máquina. Quando isso não é possível – haja vista que ainda existem seres humanos trabalhando – estes são tratados como máquinas. “Inevitavelmente, cada manifestação da indústria cultural reproduz as pessoas tais como as modelou a indústria em seu todo. E todos os seus agentes, do *producer* às associações feministas, velam para que o processo da reprodução simples do espírito não leve à reprodução ampliada.” (Adorno e Horkheimer, 1944/2006, p. 105).

O tempo livre, aquele destinado a outras atividades que não a submissão às ordens do trabalho, adquiriu termos pejorativos, como ócio, hobby e vagabundagem. Tal racionalidade de dominação aos poucos se apropriou também deste, e transformou-o numa extensão do trabalho. O detalhamento dos movimentos do trabalhador e de suas tarefas visa controlar o máximo de produção. Esse detalhamento, por sua vez, não contempla necessidades de socialização, o gerenciamento das emoções, as pausas para descanso ou outras características humanas associadas ao não-trabalho. Apenas como aumentar o ritmo de produção.

O controle sobre o indivíduo, tal como fez o trabalho, extrapolou suas fronteiras. Ele é imposto em forma de ideologia, de necessidades de cursos de qualificação, registrado no corpo e na dinâmica familiar. A personalidade fica marcada pelo trabalho, e isso reflete, entre outros lugares, nas relações sexuais.

Fora do trabalho é preciso estudar, se aperfeiçoar, fazer cursos especializantes, estender o trabalho para outros campos. “A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio” (Adorno e Horkheimer, 1944/2006, p. 113). Sem o tempo livre

para descansar e mudar de atividade, o trabalho seria insuportável. Tanto o trabalho quanto qualquer outra tarefa. Todavia, a presença do trabalho e sua magnitude ressaltam ainda mais a necessidade do tempo de não-trabalho; que perde cada vez mais espaço na vida dos trabalhadores.

Até a forma de descansar, de se entreter, é padronizada. O controle sobre o indivíduo é facilitado pela sua identificação com um produto padronizado para as massas. Acalmam-se os ânimos, apaziguam-se os sentimentos de revolta, elimina-se o tempo livre para pensar e questionar. Consume-se em grande quantidade. A desumanização do contexto de trabalho altera sua função emancipadora em adoecedora. O trabalho se expandiu para outras áreas da vida das pessoas, contaminando-as com os princípios dessa epidemia taylorista/fordista. O que permite o trabalho invadir a vida pessoal é a falta da dicotomia entre mundo do trabalho e mundo pessoal, uma vez que é um único indivíduo.

A busca incessante pelo lucro não foca no desenvolvimento de uma técnica que possibilite tal objetivo. Preocupa-se muito mais em aumentar a exploração da mão-de-obra; diminuir os gastos sociais do trabalho (falta de investimento nas condições de trabalho, aumento da terceirização dos funcionários, *downzing*); transformar o trabalhador num empregado polivalente, que deve se especializar por conta própria.

A aceleração da esteira de produção sobrecarrega o trabalhador e seqüestra o indivíduo do mundo do trabalho. No caso do Brasil, observa-se o aumento preocupante dessa tendência. Como ícone dessa tendência da precarização do trabalho, a literatura internacional especializada desenvolveu o conceito de *brasileirização* (Luque, 2006). A desregulamentação do trabalho, a falta de condições, o assédio moral entre outros sintomas da precarização são muito presentes.

“O capitalismo globalizante, que apelidamos de *Capital Total*, é herdeiro e indutor de uma visão totalitária de mundo, avessa à interlocução e que exclui quem não comunga das mesmas convicções. Totalitarismo e Capital Total compartilham uma *racionalidade da dominação* que aqui chamaremos *capitotalitarismo*” (Batista, 2007, p. 25).

De maneira totalitária, o atual contexto não dialoga e exclui quem com ele não concorde, fato que coloca o indivíduo numa posição de poucas escolhas. Para consumir e, por conseguinte, ser cidadão, é preciso trabalhar. Para a maioria a única opção é oferecer sua força de trabalho em troca de remuneração. O trabalho, portanto, é o que atribui valor a uma organização subjetiva de identidade, ao sentido consumista e suas possibilidades. Entretanto, o desemprego encontra-se estruturado na sociedade e sua taxa cresce mais rápido do que a taxa de criação de empregos.

Com isso identifica-se uma contradição: o trabalho é ao mesmo tempo caminho para realização e identidade e para escravidão psíquica, social e econômica. A centralidade convive com o desemprego. O não-trabalho é tão nocivo quanto o trabalho precarizado no contexto flexível do capital.

1.4 Jornalismo no Serviço Público

A Comunicação Social ganhou enorme prestígio enquanto ferramenta institucional e estatal, principalmente depois da 2ª Grande Guerra (Rubim, 1993). O controle social se fortaleceu com um bombardeio de informações visando o “esclarecimento”. Prestígio que aumentou com o alcance obtido com as novas tecnologias da informação, com a imprensa, o rádio, a TV e a Internet. O desenvolvimento da imprensa foi estimulado pelo processo de democratização política

(DeFleur e Ball-Rokeach, 1993). Os pilares da nova sociedade são os meios de comunicação e as tecnologias da informação (Luque, 2006).

Nesse contexto, o trabalho do jornalista impacta na vida de inúmeras pessoas. Noticiar, enquanto trabalho, sofreu transformações radicais ao longo da história (Seabra, 2002). Resultados da Revolução Industrial produziram efeitos profundos na sociedade, de uma forma geral, e também no campo do jornalismo. A invenção do papel, dos tipógrafos, dos *menanti* (os *leva-e-traz*, primeiros repórteres), da imprensa, do jornal, da rádio, da TV, da Internet, do sensacionalismo e tantas outras, bem como a manipulação dos meios de comunicação pelos detentores do poder, afetaram significativamente as relações de trabalho e o jornalista.

“A principal finalidade do jornalismo é fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (Kovach & Rosenstiel, 2003, p. 31). Apesar da ausência de unanimidade na definição da missão do jornalista, adotaremos esta por entender que abrange inúmeras modalidades dessa profissão e para ficar em sintonia com o critério adotado na coleta de dados da pesquisa, descrita no Capítulo de Método. O jornalismo se divide pelos seus objetos de investigação – econômico, esportivo, político, institucional, entretenimento, etc. Em todos os campos percebe-se um ideal democrático que visa a autonomia do consumidor, no caso, o espectador.

A mistura informação-educação-diversão precisa ser muito bem balanceada (Sodré, 2007). O jornalismo idealístico não se sustenta; por outro lado, a priorização dos outros vértices pode abalar a credibilidade do jornal, comprometendo a confiança necessária que o consumidor precisa sentir para tomar uma decisão baseada na informação. Tal confiança começa na definição de notícia (Medina, 1998).

Não se trata da opinião do jornalista, mas do relato jornalístico objetivo e neutro, deixando ao expectador a faculdade da interpretação. A narrativa contaminada pela subjetividade do jornalista (emoções, preconceitos, processos de atribuição de sentido) se afasta de uma informação neutra, perdendo credibilidade.

“Um dos preceitos da notícia jornalística é ser objetiva. Mas há outro: a objetividade não existe. Depois do aparecimento de vários compêndios de recomendações originários do modelo jornalístico americano, segundo o qual a credibilidade jornalística está vinculada à objetividade do relato, escolas de comunicação, manuais e profissionais argumentam, muitas vezes, que a objetividade é um mito, que esconderia determinada ideologia conservadora” (Karam, 2004, p. 39).

A informação nunca poderá ser neutra. Um fenômeno tem inúmeras faces, mas apenas uma delas vira notícia. O critério de relevância jornalística é, em última medida, decidido pelo interesse pessoal do jornalista – na verdade, não só pelo interesse pessoal do jornalista, mas também pelos redatores chefes, chefes de redação, donos do jornal, enfim, por todos aqueles que comandam o jornal. Antes desse juízo de valor, algumas influências hierárquicas delimitam a política da organização. O discurso reza, não obstante, a defesa do interesse público (Karam, 2004).

Tal discurso funciona mais como uma ferramenta de marketing acrescentando valor de uso (credibilidade) às informações veiculadas por determinado meio de comunicação⁵. Acima do interesse público que deveria reger essa importante função social que exerce o Jornalismo observa-se a racionalidade econômica, mais especificamente, a sobrevivência financeira da empresa.

⁵ Para maiores informações sobre esse processo de atribuição de valor ver a obra Trabalho Imaterial (Lazzaarto e Negri, 2001).

Para sustentar o discurso que valide a credibilidade o jornalista deve ouvir os dois lados do fato noticiado. Na publicação, porém, a diferença de espaço/tempo dedicado a cada um dos lados e seus argumentos, além da forma com que a narrativa apresenta cada um, fortalece uma determinada tendência que representa um interesse privado, e não o interesse público. A própria omissão de alguns lados do fenômeno ou de fatos jornalísticos evidencia a utilização de um discurso e sua negação operacional “que podem levar-nos ao conceito de razão cínica” (Karam, 2004, p. 100). Tal razão desvirtua de maneira imoral princípios jornalísticos que validam a credibilidade da informação.

Outra importante variável da credibilidade jornalística é a cobertura em tempo real. A informação tem que ser inédita e tem que noticiar o presente. A busca por um “furo” jornalístico muitas vezes atropela requisitos básicos de investigação e comprovação da notícia, sinalizando uma possível manipulação (intencional ou não) da mesma.

Perseu Abramo (2003) levanta alguns padrões de manipulação da informação na grande imprensa. São eles:

- O padrão da ocultação – refere-se à ausência ou à presença deliberada de fatos reais na produção da imprensa;
- O padrão da fragmentação – “Eliminados os fatos definidos como não-jornalísticos, o ‘resto’ da realidade é apresentado pela imprensa ao leitor não como uma realidade, com suas estruturas e interconexões, sua dinâmica e seus movimentos e processos próprios, suas causas, suas condições e suas conseqüências” (Abramo, 2003, p. 27). O fenômeno é fragmentado e apresentado descontextualizado, sem a dinâmica interativa com os outros fragmentos;

- O padrão da inversão – quando se fragmenta o fato em pedaços minúsculos e descontextualizados, algumas inversões podem proceder, como a inversão da relevância de aspectos, da forma pelo conteúdo, da versão pelo fato (como o frasismo⁶ e o oficialismo⁷); da opinião pela informação;
- O padrão da indução – “resultado e ao mesmo tempo o impulso final da articulação combinada de outros padrões de manipulação dos vários órgãos de comunicação com os quais ele tem contato” (Abramo, 2003, pp. 31-32). Induz-se à percepção de uma realidade partidária, conforme os interesses particulares;
- E o padrão global ou padrão específico da TV e rádio (que consiste em três etapas: 1º ato exposição do fato, 2º ato a sociedade fala, 3º ato a autoridade resolve). Utiliza-se da manipulação de imagens e sons para sensibilizar, e exercitar a empatia do público. Transforma-se uma notícia numa história romantizada que termina junto com a reportagem.

O autor faz a ressalva de que nem todas as matérias jornalísticas produzidas estão submetidas a esses processos de manipulação. É possível que a maioria das matérias não apresente os padrões citados. Apesar disso, a minoria manipulada exerce grande influência nas decisões sociais significativas como eleições e processos de privatização, por exemplo (Waisbord, 1996; Abramo, 2003; e Karam, 2004).

⁶ “o frasismo surge, assim, quase como a manipulação levada aos seus limites: uma frase, um trecho de frase, às vezes uma expressão ou uma palavra, são apresentadas como a realidade original” (Abramo, 2003, p. 30).

⁷ “O outro extremo da inversão do fato pela versão é o *oficialismo*, expressão aqui utilizada para indicar a fonte ‘oficial’ ou ‘mais oficial’ de qualquer segmento da sociedade, e não apenas as autoridades do Estado ou do governo. No lugar dos fatos uma versão, sim, mas de preferência a versão oficial” (Abramo, 2003, p. 30). A versão oficial no sentido de ser a versão da autoridade, mas não necessariamente a mais próxima da verdade.

Cap. 2 – Contribuições da Psicodinâmica no trabalho em agências de jornalismo

Até aqui, a reação dos espectadores encaixou-se num conhecido esquema que transforma em bem de consumo inclusive as notícias atuais e, quiçá, as políticas (Adorno, 1944/2007, p. 116).

O efeito do contexto capitotalitarista na saúde do trabalhador se dá no desenvolvimento de novas patologias ligadas ao trabalho. Segundo Dejours (1993), em 1956 Le Guillant, no seu célebre estudo “A neurose das telefonistas”, descreve a síndrome que leva o mesmo nome do trabalho como um distúrbio polimorfo com a seguinte sintomatologia dominante: uma *síndrome subjetiva comum* de fadiga, alterações de humor e de caráter, déficit cognitivo evolutivo, distúrbios do sono, um conjunto de manifestações somáticas variadas (muitas vezes descrita na forma de dor) e repercussões danosas desses fatores na vida particular das telefonistas. O autor ainda aponta como determinante na geração da síndrome alguns fatores apontados pelas próprias telefonistas estudadas, a saber: grande pressão temporal, necessidade de produtividade refletida pelo número de atendimentos realizados, rígido controle exercido pela chefia imediata, aparelhagem precária, ausência de pausas durante o trabalho, grande exigência intelectual e padrões de comportamento rígido a serem executados.

Esse e outros famosos estudos marcaram o início de pesquisas que estruturassem uma teoria sobre a psicopatologia do trabalho. Patologia no sentido do sofrimento (sofrimento da prática, *pathos* de sofrimento, de prazer, ou dos dois), adotado por Freud (1964/1966) em *A Psicopatologia do Cotidiano*. “O sofrimento é então definido como o espaço de luta que cobre o campo situado entre, de um lado, o ‘bem-estar’ (para retomar aqui o termo consagrado pela definição de saúde fornecida pela OMS), e, de outro, a doença mental ou a loucura” (Dejours, 1996, p. 153). A psicopatologia,

portanto, não escapa do campo de investigações sobre a psicopatologia do trabalho. O sofrimento, por sua vez, pode ser tanto criativo⁸ quanto patogênico⁹.

A Psicodinâmica do Trabalho é uma disciplina que evoluiu da Psicopatologia do Trabalho (Dejours, 1993). O essencial de sua investigação é a normalidade, que não se concebe apenas pela ausência de doenças, “mas como o resultado sempre precário, das estratégias defensivas elaboradas para resistir a elas, no trabalho, é desestabilizante, até mesmo deletéria pelo funcionamento psíquico da saúde mental¹⁰” (Dejours, 1993, p. 136). A normalidade no sentido estatístico, da maior concentração dentro de uma determinada faixa, nem sempre coincide com o ideal em termos de saúde ou de prazer. Pode ser uma normalidade sofrida ou *pathologizante*.

Vale ressaltar que sofrimento não é sinônimo de doença, assim como prazer não é sinônimo de saúde. Muito menos se associa normalidade no trabalho à saúde. Ela é um enigma que se constitui na dinâmica do sujeito com o trabalho. Uma normalidade envolvida por relações sociais que não são naturais, mas construídas pelo coletivo de trabalhadores (Dejours, 1993). Trabalhar, segundo Dejours (2008), é uma ação. É a mobilização do corpo engajando-se numa atividade. Ação que modifica o ambiente e que é modificado por ele, ação que é organizada.

“Trabalhar é preencher o espaço entre o prescrito e o efetivo. Assim, para o clínico do trabalho, este se define como o que o sujeito deve acrescentar ao que foi prescrito para poder alcançar os objetivos que lhe foram atribuídos. Ou ainda: o que ele deve acrescentar por decisão própria para enfrentar o que não

⁸ Quando após um momento de mobilização para enfrentar o sofrimento o indivíduo cria, e seu produto gera reconhecimento e um registro na identidade (Dejours, 1996).

⁹ Quando o sofrimento não é subvertido em prazer, ressignificado ou criativo (Dejours, 1996).

¹⁰ “mais comme le résultat toujours précaire, de stratégies défensives élaborées pour résister à ce qui, dans le travail, est déstabilisant, voire délétère pour le fonctionnement psychique et la santé mentale” (Dejours, 1993, p. 136) – tradução livre.

funciona quando ele se limita escrupulosamente à execução das prescrições” (Dejours, 2008, p. 39).

Organização do trabalho é definida como a divisão das tarefas e dos homens (Dejours, 2008). Ela estabelece elementos prescritos que expressam as representações sobre a divisão do trabalho, as normas, o tempo e o controle exigido para o desempenho na tarefa; prescrição que nem sempre corresponde ao trabalho real. Tal divisão organiza subjetivamente o indivíduo por meio das vivências de prazer e de sofrimento, e que ajuda ou atrapalha sua mobilização subjetiva, seu engajamento afetivo-emocional no compromisso com o trabalho.

Tal compromisso é fortalecido pela dinâmica contribuição/retribuição (Dejours, 2004a). O sujeito contribui atendendo demandas, obedecendo a ordens e resolvendo problemas, e espera retribuição tanto material quanto simbólica pela sua dedicação. Pesquisas mostram que a dimensão simbólica constitui a parte mais importante e negligenciada da retribuição (Dejours, 2008b).

O sofrimento é inerente à condição humana, mas nem por isso deve ser banalizado ou naturalizado (Dejours, 1998). Ele está presente no momento criativo, quando o sujeito se depara com uma situação inédita ou não prevista que precisa ser resolvida. Além disso, o sofrimento se encontra na discrepância entre o trabalho prescrito e o trabalho real.

O trabalho prescrito corresponde ao que antecede a execução da tarefa. Um registro que satisfaz uma necessidade de orientação, burocratização e fiscalização. É fonte de reconhecimento e de punição para quem não a obedece. Já o trabalho real é o próprio momento de execução. Dejours (2004a) chega a definir trabalho como tudo aquilo que não está prescrito, porque não é o prescrito que realiza o trabalho, mas a ação

real do trabalhador. Sem menosprezar a importância do planejamento para coordenação das forças de trabalho de uma empresa, é importante ressaltar o papel do funcionário.

A realidade do trabalho é muito complexa. Nenhuma regra (ou manual) pode dar conta de todas as situações. Há uma infinidade de possibilidades diferentes das previstas pela prescrição que podem acontecer no momento da execução: ineditismos, imprevistos, contradições, ambivalências, falhas, etc. E como variável de ajuste dessa engenharia tem-se o trabalhador. É ele quem se depara com a realidade e julga se as condições de trabalho dão suporte à execução e julga se deve ou não seguir as regras para se alcançar os resultados esperados.

Cabe aqui distinguir *tarefa* de *atividade*. Entende-se pela primeira as prescrições impostas pela organização do trabalho ao trabalhador. A segunda está relacionada ao que o trabalhador de fato executa (Antloga, 2003). O crescimento das empresas aumentou a distância entre quem planeja e quem executa o trabalho. Se imaginarmos uma pequena cadeia de trabalho, fragmentada em poucas etapas, cada uma cumprida por um único indivíduo – que, querendo ou não, pela repetição exaustiva acaba se tornando um especialista nesta etapa – aquele que planeja está mais próximo daquele que executa. Quem planeja pode acompanhar de perto a execução do trabalho.

Nenhuma tarefa é tão simples quanto aparenta a prescrição. Até para apertar parafusos é preciso um saber prático que só se desenvolve quando se realiza a tarefa. Pode-se utilizar várias ferramentas distintas para tal tarefa, como uma chave-de-fenda ou uma furadeira, por exemplo; o ângulo com que a ferramenta pressiona o parafuso também interfere na qualidade final do produto. Caso o parafuso do volante ou da roda de um veículo fique apertado ou frouxo demais as conseqüências podem ser catastróficas. Isso porque este exemplo relata uma tarefa de complexidade mínima.

Em grandes organizações, com diversas estratificações, tarefas de natureza muito distintas e dezenas, centenas ou milhares de empregados, a distância entre planejamento e execução é um fosso intransponível. Chega-se ao contra-senso de se ditar o trabalho que será realizado em outro país ou continente.

A prescrição não prevê inúmeras dificuldades que podem aparecer no cotidiano de trabalho. E o trabalhador ou quem planeja, promete, ou se compromete, com a qualidade final padronizada é quem deve lidar com imprevistos e intempéries. Se o material cirúrgico acabar, a equipe de saúde deve se esforçar e resolver a situação. Se houve uma queda de energia na linha de produção de uma indústria, se a fonte do jornalista já não quer mais dar determinada informação quando, outrora, disse que a daria, se um funcionário ficou doente ou perdeu algum parente, etc.

A prescrição adquiriu um atestado de qualidade; de que a engenharia elaborada numa folha de papel é impecável, e que se há erro, este se deu por falha humana – e subentende-se que a falha humana nunca é daquele que planeja, mas sempre daquele que executa (Dejours, 1997).

Constata-se então que a prescrição do trabalho nunca contempla a totalidade da realidade com que se depara o trabalhador. O trabalho prescrito é apenas a ponta do iceberg, e embaixo dele há pelo menos dois terços de trabalho invisível, não prescrito, não reconhecido, muitas vezes transgressor da prescrição. A distância entre planejador e executor impede um espaço para discussão do trabalho, e o funcionário, que tem o *savoir-faire* de uma especialidade só realizada por ele, não tem como conversar sobre o que está acontecendo, sugerir modificações ou adaptações. Este desde o modelo taylorista é entendido como ignorante, que não tem a visão completa, e por isso deve apenas obedecer. Cada questionamento ocupa o precioso tempo daquele que planeja,

que, destarte, por economia, o ignora. O espaço de discussão foi cada vez mais sendo restrito dentro da velocidade com que corre a esteira de produção (Karam, 2007).

A prescrição, caso seguida à risca, inviabiliza o trabalho (Dejours, Abdoucheli, Jayet, 1994). As greves do zelo, ou operações padrão, correspondem à obediência estrita das regras. Para alcançar os objetivos, o trabalhador faz uso de artimanhas e estratégias “fraudulentas”¹¹. Isso, no entanto, constrange o trabalhador por desrespeitar as regras, ao mesmo tempo em que se sente recompensado por recorrer à sua criatividade, gerando todo um sentido pessoal do trabalho. A função do trabalho real, segundo Dejours (2001), é coordenar de forma cooperativa os *savoir-faire* dos trabalhadores para complementar a prescrição do trabalho.

Apenas uma pequena parte do trabalho real é visível aos olhos da prescrição e da organização do trabalho. A maior parte dele consiste em uma infinidade de comportamentos, sentimentos, pensamentos e atitudes não reconhecidos formalmente, portanto, invisíveis. A metáfora do iceberg reflete bem o entendimento sobre o assunto, na qual a parte visível do iceberg corresponde a menos de um terço do seu total. Para se captar o lado invisível do trabalho é preciso um olhar clínico. Dejours (2008) cita cinco obstáculos principais à visibilidade do trabalho efetivo: “o constrangimento da clandestinidade associado à artimanha e ao zelo; os desafios na estratégia de poder; o déficit semiótico e a dominação simbólica¹²; a *métis* ou o conhecimento do trabalho pelo corpo; e as estratégias de defesa contra o sofrimento” (Dejours, 2008, p. 51). O sofrimento no trabalho não é visível e os obstáculos listados ajudam a encobri-lo ainda mais, todavia, pode-se captar o sofrimento identificando suas estratégias de mediação.

¹¹ Dejours faz uso da palavra francesa *bricolage*, que em português, por falta de um termo mais preciso, traduz-se por “fraude”, embora em francês não carregue a mesma carga negativa que em português. Não deve passar a impressão de má-fé ou mau-caráter do trabalhador.

¹² Déficit semiótico corresponde a situação a que se depara o trabalhador ao discutir o trabalho com o patrão ou com especialistas no trabalho, na qual ele se encontra dominado simbolicamente pelos recursos lingüísticos e expressivos que dão vantagem aos dominadores, geralmente com maior repertório verbal sobre o tema em debate.

2.1 As estratégias de mediação

O trabalho é fonte tanto de prazer quanto de sofrimento, vivências que implicam em uma contradição e não são excludentes. Essa contradição “é guiada por um movimento de luta do trabalhador para busca constante de prazer e evitação do sofrimento, com a finalidade de manter o seu equilíbrio psíquico” (Mendes e Morrene, 2003, p. 27). Acrescenta-se que “não é a simples existência do prazer ou do sofrimento os indicadores de saúde, mas a diversidade das estratégias que podem ser utilizadas pelos trabalhadores para fazer face às situações geradoras de sofrimento e transformá-las em situações geradoras de prazer” (Morrone e Mendes, 2003, p. 27).

Embora o sofrimento seja parte inerente da condição existencial, deve ser evitado, combatido e/ou ressignificado. Nas pesquisas empíricas e discussões teóricas da Psicodinâmica do Trabalho, tem-se considerado o prazer-sofrimento um construto único, cujas partes (prazer e sofrimento) são estudadas inseparadamente, e é tido como “originário das mediações utilizadas pelos trabalhadores para manterem a saúde, evitando o sofrimento e buscando alternativas para obter prazer” (Ferreira e Mendes, 2003, p. 53). Para lidarem com estratégias de mobilização coletiva e estratégias de defesa (Ferreira e Mendes, 2003), que podem assim serem descritas:

- Estratégias de Mobilização Coletiva: referem-se ao modo como os trabalhadores se organizam conjuntamente quando há o objetivo comum de eliminarem o custo negativo que o trabalho lhes impõe. Tais estratégias, para que sejam utilizadas, necessitam da existência de cooperação entre os trabalhadores (confiança e solidariedade entre os colegas de forma a permitirem que se chegue a um produto comum entre os trabalhadores) e de um espaço público de discussão, para que os trabalhadores possam expressar coletivamente seu sofrimento.

- Estratégias Defensivas: são mecanismos utilizados pelos trabalhadores, por vezes de modo inconsciente, para negarem (negação do próprio sofrimento e sofrimento alheio no trabalho) ou racionalizarem (evitação e eufemização da angústia, medo e insegurança vivenciados no trabalho) o sofrimento e o custo humano no trabalho.

As estratégias de mobilização coletiva requerem cooperação e solidariedade entre os trabalhadores. A identificação com o colega é um referencial essencial da sua localização social. Para tanto é preciso um espaço para que o trabalhador possa se expressar, ouvir e se relacionar; um espaço de discussão. O coletivo de trabalhadores fortalece o indivíduo, que pode ter suas demandas negociadas com maior poder político, além de instituir uma rede de apoio social. O trabalho só acontece, na acepção de que a produção apenas se concretiza, caso haja um engajamento do trabalhador na realização da atividade. O sentido do trabalho organiza subjetivamente uma estrutura de identidade. O coletivo não se faz pelo simples agrupamento de trabalhadores, mas pelo estabelecimento de relações de cooperação entre os eles, de confiança mútua e reconhecimento; somente concretizadas no relacionamento com o outro.

A dinâmica do reconhecimento no trabalho passa por um duplo julgamento, o de utilidade e o de estética (Dejours, 2004a). O julgamento de utilidade é feito pela hierarquia (e eventualmente pelo consumidor, no caso de trabalhadores em contato direto com o público-alvo) e atenta para a produção, sua efetividade e critérios de qualidade. O julgamento de estética é feito pelos pares, pelos trabalhadores que enfrentam situações semelhantes e podem, assim, reconhecer a efetividade, o processo de execução e a criatividade utilizada.

Já as estratégias defensivas, mesmo que às vezes constituindo-se de práticas sociais, culturais e implantadas nas relações com os outros, são táticas individuais. Com a fragilização do coletivo de trabalho tais estratégias são cada vez mais requisitadas e negam ou racionalizam o sofrimento por meio de uma dinâmica alienante com a organização do trabalho.

2.2 O trabalho enquanto instituição organizada

Uma atuação no mundo do trabalho está vinculada à avaliação do mesmo. A medida adotada pela Psicodinâmica do Trabalho para avaliação, por sua vez, não é a mesma de outras ciências que analisam o trabalho. “Criticar a avaliação não conduz necessariamente a renunciar a toda a avaliação, mesmo porque todos nós desejamos uma avaliação. O reconhecimento é, bem entendido, uma avaliação. Mas é preciso repensar em seu conjunto os procedimentos avaliativos” (Dejours, 2007a, p. 24).

A dinâmica do reconhecimento, como vimos, passa por um duplo julgamento – dos pares e da hierarquia. Para realizar uma tarefa e para alcançar objetivos, o trabalhador emprega uma inteligência que vai além da simples concretização da prescrição imposta. Diferente da inteligência mais abstrata do engenheiro ou da hierarquia que prescreve, o trabalhador faz uso de uma inteligência prática. A inteligência prática é a mobilização subjetiva do indivíduo no engajamento da atividade. Mesmo as tarefas mais simples exigem uma inteligência que não pode ser prescrita. É um *savoir-faire* na qual a principal ferramenta que o trabalhador deve dominar é o corpo (Dejours, Abdoucheli, Jayet, 1994; Pinto, 2008).

É com o corpo que o trabalhador se relaciona com o objeto (Dejours, 2001). Se no processo de elaboração da prescrição a faculdade predominante é a razão, no trabalho real esta dá lugar a um corpo que em sua imensa maioria se comporta de

maneira inconsciente. Uma infinidade de detalhes escapa da consciência e da razão, mas são processados pelo corpo na execução da tarefa.

Imagine um marceneiro, por exemplo, concebendo um desejo de criação a partir de uma necessidade material ou pessoal, mexendo na matéria-prima, manipulando as ferramentas. Nada disso é feito de maneira consciente. Assim como dirigir um carro, há um saber-fazer que se dá pelo engajamento do corpo na atividade. O profissional que realiza todas as etapas do trabalho desde a seleção da matéria-prima até a confecção do produto e seu comércio. Com o crescimento da demanda faz-se necessário organizar o trabalho, contratar mais funcionários, dividir tarefas e delegar responsabilidades. Não obstante, o marceneiro dessa história se realiza mesmo é com a atividade de marcenaria; portanto, ele inicialmente investe nas ferramentas para essa área fim, em depreciação de outros setores e atividades do processo.

Essas informações são importantes para se contextualizar a compreensão da relação entre o trabalho e o sujeito. O reconhecimento do sofrimento do trabalhador está relacionado ao investimento direcionado a determinadas tarefas ou setores. Qualquer diagnóstico é mais bem estabelecido se compreendida a evolução histórica do quadro. “As relações entre mobilização subjetiva da personalidade e da inteligência e a realização de si mesmo passam, necessariamente, por uma mediação que diz respeito ao *real* e que é possível por meio do *trabalho*. A relação entre identidade e trabalho também sofre uma mediação: o outro, que exerce papel de julgar o reconhecimento” (Dejours, 2004a, p. 73). Baseado nisso, F. Sigaut fundamentou o triângulo da dinâmica da identidade (Figura 1).

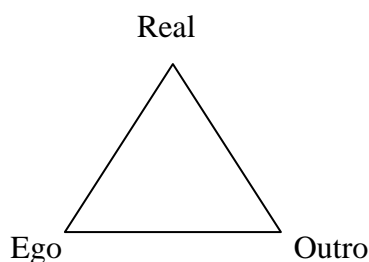


Figura 1: Triângulo da Dinâmica da Identidade

De maneira análoga, Dejours (2004a) sobrepõe o triângulo da dinâmica da identidade de Sigaut com o triângulo da Psicodinâmica do Trabalho (Figura 2). Ressalta-se a importância do trabalho para constituição da identidade, e entende-se sob esse referencial teórico que toda crise no trabalho é uma crise de identidade. Os pólos do triângulo da Psicodinâmica correspondem aos seguintes: o Sofrimento, o Reconhecimento e o Trabalho (ou Tarefa).

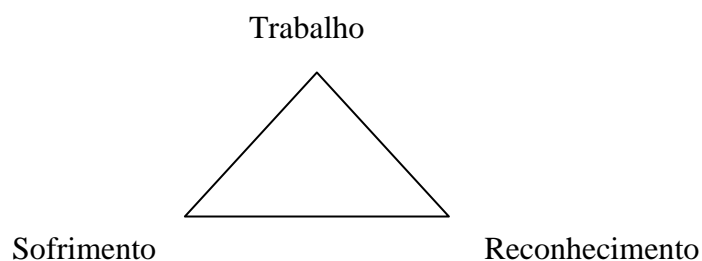


Figura 2: Triângulo da Psicodinâmica

Por Sofrimento entende-se o sujeito do ponto de vista da Psicanálise. É o sujeito desejante, e sofre por isso, ou seja, aquele que está sempre em falta e, portanto, aspira pelo que não possui. O Reconhecimento se dá pela presença do outro. Já o Trabalho representa a tarefa, a hierarquia, a autoridade.

Permeando a dinâmica entre os três pólos tem-se os processos de *alienação*. Estas podem ser alienação mental, social ou cultural. Quando a alienação destaca o sujeito dessa dinâmica trata-se da *alienação mental*. Corresponde a concepção comum

da loucura, geralmente associada a quadros psicóticos. Já quando a alienação separa da dinâmica o reconhecimento trata-se da *alienação social*. O indivíduo sente-se isolado, realizando o trabalho sem a possibilidade de elaborar o sofrimento. E a *alienação cultural* refere-se ao desconhecimento da hierarquia sobre o trabalho realizado, ao não reconhecimento de entidades representativas (como o sindicato, por exemplo).

Diante das transformações do mundo do trabalho desde a Revolução Industrial, é inevitável refletir sobre como o trabalhador é afetado. A atual organização do trabalho é caracterizada pelo seqüestro do sujeito do mundo do trabalho, por uma desumanização desse ambiente. O trabalho não é negociável nem reconhecido. Tudo é imposto, desde o contrato até as tarefas e seus modos de execução. Há uma ausência da escuta do trabalhador que, se faz tudo certo, é ignorado e, se sai da linha, passa a ser percebido como problema.

Ao invés de se abrir um espaço de discussão entre sujeito e organização do trabalho – o que necessariamente significaria abrir mão de algo, ou seja, negociar o trabalho – aumenta-se cada vez mais o controle sobre o trabalhador. Greves e operações padrão são conseqüências da falta de comunicação entre as partes. Institui-se a mentira como prática organizacional para lidar com a ausência de negociação, na qual se ilude o trabalhador com estratégias como: promessas informalmente comunicadas, com *endomarketing*, ou ainda com o marketing externo, comunicando-se com o cliente.

“Inicialmente, para a psicodinâmica, o sofrimento no trabalho surge quando a relação do trabalhador com a organização do trabalho é bloqueada em virtude das dificuldades de negociação das diferentes forças que envolvem o desejo da produção e o desejo do trabalhador. Nesse sentido, ao reconhecer o trabalho, ora como meio para se construir a identidade, ora como fonte de alienação, a psicodinâmica direciona o estudo do sofrimento para a inter-relação dos

trabalhadores com a organização do trabalho e para as estratégias defensivas que utilizam para lidar com o trabalho” (Mendes, 2007, p. 36).

Para transpor os principais obstáculos da visibilidade do trabalho, Dejours (2008) elabora um modelo de avaliação do trabalho. Antes, entretanto, ele lista criticamente quatro modelos mais comuns de avaliação. São eles: avaliação por desempenho, pelo tempo de trabalho, das competências, e da qualidade.

No primeiro modelo o desempenho é medido pela quantidade de produtos finais. Desse modo, um policial que, ao fazer uma ronda no trânsito, registra 20 infrações num dia tem um desempenho muito maior do que outro que levou 2 meses investigando um perigoso traficante até prendê-lo. “No fim, a avaliação leva a resultados contraproducentes para com a ordem pública” (Dejours, 2008, p. 64). A avaliação acaba não medindo eficazmente o trabalho, mas sim criando uma medida cujo resultado é exatamente o oposto do que se gostaria alcançar. A avaliação individual do desempenho promove a concorrência entre trabalhadores da mesma organização, desestruturando o coletivo de trabalho e suas estratégias coletivas de mediação.

A avaliação por tempo de trabalho também não é exatamente a medida procurada, pois o empenho da subjetividade ultrapassa, e muito, o tempo contabilizado como tempo de trabalho. O trabalhador leva o trabalho consigo para casa, e pensa nele até ao sonhar. O modelo da avaliação das competências distancia a competência do trabalho, avaliando-a separadamente e gerando, em grande parte das vezes, sentimentos de injustiça pela subjetividade dos critérios. Já a avaliação da qualidade, ou qualidade total, antecede os resultados ao próprio trabalho. “‘Produzir qualidade’ é uma coisa, mas qualidade total é um absurdo – até mesmo um contra-senso” (Dejours, 2008, p. 69). Quando o ideal da qualidade total vira uma obrigação, ao invés de uma referência, a

impossibilidade de se cumprir tal promessa promove a política dos *fins justificam os meios*. Por trás dessa política está uma ferramenta de marketing que visa a obtenção de certificados e atestados de qualidade como ISO2000, ISO9000, ISO9001, etc, sustentada no sofrimento de um trabalhador sobrecarregado, assediado, impossibilitado de realizar o trabalho.

O que Dejours (2008) propõe é a avaliação baseada na escuta do trabalhador. É preciso acessar o trabalho invisível através da palavra relatada pelo trabalhador. Reconhecer o sofrimento do trabalhador altera o valor do trabalho tanto para o indivíduo no registro de sua identidade, que se dá pelo mérito de suas realizações, quanto para a discrepância entre o trabalho prescrito e o real, já que o conhecimento deixa de estar concentrado exclusivamente nas mãos de quem planeja o trabalho.

Oferecer um espaço de escuta e discussão do trabalho passaria inevitavelmente pela análise da discrepância entre trabalho prescrito e real, uma vez que o enfrentamento desta discrepância é fonte de sofrimento. São gerados novos entendimentos sobre a forma como o trabalho é avaliado quando o tema é posto em debate. É inevitável uma adaptação no sistema quando se insere a opinião do avaliado. A análise sob a perspectiva da psicodinâmica do trabalho das mediações utilizadas pelos jornalistas do serviço público para confrontar o sofrimento originado na discrepância entre trabalho prescrito e real oferece um novo olhar sob a inteligência prática desenvolvida pelos trabalhadores para lidar com as dificuldades do cotidiano.

2.3 Pesquisas realizadas

Apesar de ser uma disciplina nova, as pesquisas que usam o referencial teórico da Psicodinâmica do Trabalho no Brasil produziram estudos empíricos com uma ampla gama de categorias profissionais, desvelando aspectos invisíveis do trabalho,

descrevendo as particularidades da organização do trabalho, vivências de prazer-sofrimento, estratégias de mediação do sofrimento, e identificando riscos e danos à saúde mental dos trabalhadores.

A entrevista é sempre a principal ferramenta de coleta de dados. Essas podem ser tanto individuais quanto coletivas, estruturadas ou semi-estruturadas. Alguns estudos também empregam questionários, instrumentos, análise documental e observação sistemática. A análise dos dados é predominantemente qualitativa, apoiada no arcabouço teórico da psicanálise, da hermenêutica, da análise psicodinâmica do trabalho e/ou da clínica do trabalho. Utilizam-se também técnicas como a Análise de Conteúdo ou a Análise de Núcleos de Sentido.

Para citar alguns desses estudos, foram investigados profissionais que lidam com atendimento ao público (Ferreira e Mendes, 2001); a relação entre o quadro clínico diagnosticado e a situação de trabalho de atendidos nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Glina, Rocha, Batista e Mendonça, 2001); a análise da problemática psicossocial do trabalho de motoristas de coletivo urbano na Cidade do Recife (Almeida, 2002); caixas de agências bancárias no Rio de Janeiro (Palácios, Duarte, Câmara, 2002); caixas executivos do setor bancário (Merlo, Barbarini, 2002); trabalhadores da Brigada Militar no Rio Grande do Sul (Amador, Santorum, Cunha e Braum, 2002); enfermeiras (Fernandes, Ferreira, Albergaria, Conceição, 2002); as estratégias defensivas para se enfrentar o sofrimento utilizado pelos trabalhadores de uma construtora do Distrito Federal (Barros e Mendes, 2003); trabalhadores portadores de lesões por esforços repetitivos (Merlo, Vaz, Spode, Elbern, Karkow, Vieira, 2003); trabalhadores do ramo informal (Morrone, Mendes, 2003); operadores de uma indústria de produção (Rosenfield, 2003); trabalho de enfermagem (Simoni, Santos, 2003); o processo de adoecimento por DORT e a depressão desenvolvida em sua consequência

em trabalhadores bancários (Rocha, 2003); trabalhadores de uma central de atendimento (Abrahão, Torres, 2004); a influência da organização do trabalho sobre terceirizados da central de teleatendimento de um departamento de trânsito (Abrahão e Torres, 2004); trabalhadores de uma empresa automatizada (Lucca, Schmidt, 2004); trabalho de pecuaristas (Porcher, 2004); o olhar da psicodinâmica do trabalho a respeito de “ser auxiliar de enfermagem” de um hospital universitário (Sznclwar e Uchida, 2004); o auxiliar de enfermagem (Sznclwar e Uchida, 2004); trabalhadores do serviço de limpeza hospitalar (Sznclwar, Lancman, Wu, Alvarinho, Santos, 2004); trabalhadores rurais (Peres, Rozemberg, Lucca, 2005); a organização do trabalho, subjetividade e confiabilidade na atividade de mergulho profundo (Figueiredo & Athayde, 2005); as vivências de prazer e sofrimento no trabalho docente de professores do ensino fundamental em processo de formação superior (Moraes, 2005); trabalhadores de uma cooperativa de confecção (Barfknecht, Merlo, Nardi, 2006); a relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperados do Distrito Federal (Sousa & Mendes, 2006); os fatores que causam sofrimento psíquico aos profissionais de uma equipe de enfermagem que trabalham em UTI (Gomes, Lunardi Filho & Erdmann, 2006; Gutierrez, Ciampone, 2006); trabalho dos líderes religiosos (Mendes, Silva, 2006); trabalho policial (Spode, Merlo, 2006); bancários e trabalhadores anistiados políticos de uma empresa pública de comunicação (Ferreira, Mendes, Calgaro, 2006; Ferreira, 2007); trabalhadores de uma unidade de alimentação e nutrição (Colares, Freitas, 2007); trabalhadores terceirizados de uma indústria petrolífera (Figueredo, Alvarez, Athayde, Suarez, Pereira, 2007); informatização do trabalho da enfermeira (Fonseca, Santos, 2007); agentes de trânsito (Lancman, Sznclwar, Uchida, Tuacek, 2007); as vulnerabilidades e o sofrimento de Agentes Comunitários de Saúde de uma Unidade Básica de Saúde do município de São Paulo no cotidiano do trabalho,

identificados a partir do significado de ser ACS e da percepção em torno da organização do trabalho (Martines e Chaves, 2007); trabalhadores de uma escola pública capixaba (Mascarello, Barros, 2007); músicos de uma banda de blues (Assis, Macedo, 2008); as vivências de prazer-sofrimento de psicólogos da área de RH da Grande Porto Alegre que desempenham funções em empresas privadas (Silva & Merlo, 2007); trabalhadores de uma empresa familiar (Hernandes, Macêdo, 2007), e; trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil (Iriat, Oliveira, Xavier, Costa, Araújo, Santana, 2008).

Os resultados apontam, além das idiossincrasias relativas a cada profissão, vivências de sofrimento comum a todos, por estarem contaminados pelos mesmos princípios científicos da organização do trabalho. A precarização do trabalho no Brasil se dá pela falta de condições materiais para se realizar o trabalho e com o escasso reconhecimento simbólico do sofrimento. A desregulamentação do trabalho acompanha a terceirização e a gestão do medo da demissão.

Vale relatar mais profundamente três estudos cuja Psicodinâmica do Trabalho tenha sido utilizada como um dos referenciais teóricos por terem sido realizados com profissionais com nível universitário e/ou que trabalham no serviço público. Trata-se das pesquisas sobre: trabalho bancário (Resende, Mendes, 2004); das experiências de injustiça, sofrimento e retaliação no contexto de uma organização pública, demonstrando como as reações do trabalhador podem ser consideradas tipos de estratégias de enfrentamento do sofrimento e da insatisfação originados da experiência da injustiça (Mendonça e Mendes, 2005); e do trabalho docente (Santos, 2006).

Resende e Mendes (2004) investigam as vivências de prazer e sofrimento e suas relações com os valores individuais no trabalho bancário. As autoras aplicaram em 210 sujeitos (sendo 61,3% de instituições bancárias públicas e 75,2% de bancários com nível universitário) o Inventário de Valores de Schwartz e a Escala de Indicadores de

Prazer-Sufrimento no trabalho. Os resultados apontam que os bancários vivenciam prazer e sofrimento de forma moderada. Por ser a sobrevivência (segurança para si e para a família) a razão fundamental para estes bancários se manterem no emprego, observou-se estratégias de aceitação ou racionalização do sofrimento em busca de se manter o *status quo* no contexto da sociedade do desemprego estrutural e do medo da demissão.

O próximo estudo trata das experiências de injustiça, sofrimento e retaliação no contexto de uma organização pública. Demonstraram-se como as reações do trabalhador podem ser consideradas tipos de estratégias de enfrentamento do sofrimento e da insatisfação originados da experiência da injustiça. Foram evidenciadas reações de retirada dos investimentos pessoais, como o envolvimento e o comprometimento afetivo com o trabalho e reações de ataque. “No que se refere aos relacionamentos interpessoais vivenciados nesta instituição, também se verifica uma vivência de sofrimento em função do predomínio de um sentimento de injustiça nas relações entre chefia e subordinados. Existe a queixa de que a chefia não dá às pessoas oportunidade de se defender, provocando um clima de temor e ‘medo de ousar’. Os trabalhadores se sentem desgastados emocionalmente em razão da falta de respeito e das grosserias constantes. Essa situação tem causado apatia e decepção. Os trabalhadores que ocupam cargos de chefia, ao contrário do que se esperava, têm se sentido insatisfeitos e desrespeitados pela forma como a administração superior os trata. Está havendo uma crise interna no processo gerencial e decisório dentro dessa instituição” (Mendonça e Mendes, 2005, p. 496).

Santos (2006) pesquisou as estratégias de fuga e enfrentamento frente às adversidades do trabalho docente. Ele verificou que os professores constroem estratégias de enfrentamento e afastamento às adversidades em três momentos.

Primeiramente, observações feitas com os professores, coordenadores e diretores (40 no total) em três situações cotidianas: nos intervalos, nas reuniões pedagógicas e nos eventos comemorativos realizados pela escola. No segundo momento, analisou documentos que organizam o trabalho pedagógico, como por exemplo, regimentos escolares e decretos, plano de desenvolvimento escolar, plano de capacitação pedagógica, quadro de horário, quadro de distribuição de disciplinas, mapas de aprendizagem, atestados médicos, além de bilhetes escritos por professores e dirigidos à direção e aos colegas. No terceiro momento, com entrevistas semi-estruturadas, constatou que os professores buscam antes encontrar sentido, satisfação e prazer na profissão; e no caso de insucesso, recorrem a estratégias de enfrentamento e afastamento como recurso para tornar a profissão menos desgastante. Alerta que as estratégias de mediação do sofrimento obtêm sucessos em curto prazo, mas podem deixar o sujeito alienado da realidade com o tempo.

“Ao se utilizar das estratégias defensivas, de afastamento das atividades, seja enganando o tempo, seja promovendo atividades sem propósitos educativos, ou ainda realizando um ensino irresponsável, aprovando alunos no conselho de classe por pressões da SMEC ou de quem quer que seja, o professor estará cristalizando na escola a banalização do processo educativo e cerceando sua própria possibilidade de encontrar prazer frente ao ato de ensinar” (Santos, 2006, p. 132)

Mais especificamente relacionado às produções em Psicodinâmica do Trabalho da categoria dos jornalistas, tem-se estudos empíricos relacionando estresse e qualidade de vida no trabalho de jornalistas de São Paulo (Heloani, 2006); realizando uma análise comparativa do estresse entre jornalistas e guardas municipais (Silva e Heloani, 2007); e

jornalistas de um jornal da iniciativa privada no Rio Grande do Sul (Grisci e Rodrigues, 2007).

O primeiro, de Heloani (2006), sinaliza a baixa qualidade de vida dos jornalistas pesquisados, na qual todos “os sujeitos sem exceção reclamam da falta de tempo para seus familiares, sendo que a maioria se queixa da dificuldade de constituir uma família” (Heloani, 2006, p. 184). Por conta de uma acelerada esteira de produção, da sobrecarga de trabalho e da falta de dinheiro aliada à incerteza do futuro poucos fizeram uma pós-graduação. Entretanto, o autor observou uma verdadeira paixão dos jornalistas por sua atividade.

Já no estudo Silva e Heloani (2007), a análise comparativa entre as categorias dos jornalistas e guardas municipais se dá por uma série de similaridades entre a gestão e a organização do trabalho e o estresse dos trabalhadores. “O produto da relação gestão-indivíduo e da relação indivíduo-organização nos casos mencionados é o estresse. Aspectos macro-sociais (sócio-organizacionais), psicossociais (cotidiano estrutural) e características da atividade de trabalho são fatores determinantes dos significativos índices de estresse” (Silva e Heloani, 2007, p. 106). Se por um lado temos os jornalistas como uma classe profissional intelectualizada, de outro temos os guardas municipais enquanto uma categoria profissional composta predominantemente pela camada social média-baixa. No entanto, o estresse e algumas vivências de sofrimento possuem grandes semelhanças.

O estudo de Grisci e Rodrigues (2007) reflete criticamente sobre implicações da recente fase do modo de produção capitalista nas rotinas de produção do jornal, caracterizando o trabalho imaterial do pós-fordismo no jornalismo industrial. Os resultados exaltam que a compressão do tempo e a reestruturação do trabalho – com sobreposição/supressão de funções, encurtamento de produção de notícias verificado

através da antecipação e planejamento do *deadline* e avanço rumo à chamada multimídia – têm implicações reais sobre a vida do trabalhador da notícia, que muitas vezes só é percebido no seu limite, ou seja, no acidente ou na patologia.

A presente dissertação pretende contribuir obtendo elementos para a compreensão da realidade do trabalho dos jornalistas do serviço público. Esta soma-se às outras pesquisas apresentadas inovando por se tratar da primeira pesquisa no setor público e por aprofundar as questões teóricas envolvidas na discrepância entre trabalho prescrito e real. É nesse contexto dos jornalistas que trabalham no serviço público que se enquadram os sujeitos desta pesquisa. Elaborou-se a seguinte pergunta de pesquisa: quais as mediações utilizadas pelos jornalistas do serviço público para confrontar o sofrimento originado na discrepância entre trabalho prescrito e real? O objetivo desse trabalho é realizar uma análise, sob a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho, dessa discrepância nas estratégias frente ao sofrimento dos jornalistas do serviço público. Mais especificamente, descrever a organização do trabalho de jornalistas do serviço público, verificar a discrepância entre o trabalho prescrito e o real, e identificar seus efeitos sobre o sofrimento e as estratégias de mediação.

2.4 Agências de Jornalismo

A área jornalística, seja de caráter público ou privado, possui profissionais exercendo várias funções. Tais profissionais costumam desenvolver suas atividades em equipe, em horários regulares ou não, e seus vínculos trabalhistas podem ser como empregados ou autônomos. “Em algumas atividades, alguns profissionais podem estar sujeitos aos efeitos do trabalho sob pressão por prazos, do ruído intenso, da exposição prolongada à radiação provenientes dos monitores de computadores e a lesões por esforços repetitivos” (Ministério do Trabalho, 2008).

Os participantes desta pesquisa trabalham em uma agência de jornalismo. Como foi visto, os serviços de comunicação se estruturam em uma complexa rede com inúmeras empresas e funcionários. O jornalismo é um dos braços dos serviços de comunicação que também possuem uma grande estrutura – agência, jornal, rádio, TV, Internet.

Uma agência de jornalismo é responsável pela geração e difusão de notícias, informações e imagens de interesse público relacionadas ao produto final que está sendo coberto. “Se em décadas passadas as agências eram fontes imprescindíveis e insubstituíveis para o noticiário internacional, hoje elas ganharam muito mais importância, após o tempo real” (Motta, 2003, p. 165). Inseridas no espaço da Internet, as notícias produzidas pela agência podem ser acessadas sob dois formatos básicos: últimas notícias – notas curtas, disponibilizadas em tempo real, sobre os diferentes fatos em andamento; e matérias consolidadas – de maior abrangência, com informação mais completa sobre os acontecimentos e sua repercussão.

Segundo o autor, as redações são alertadas para tudo o que acontece no mundo pela cobertura das agências. Suas próprias coberturas são construídas a partir desse conhecimento. Assim, mesmo os órgãos de informação que podem enviar correspondentes para cobrirem as notícias estrangeiras, dependem da seleção das agências na escolha das notícias a cobrir por conta própria. As agências funcionam, portanto, como uma primeira campanha de alarme para as redações, cuja ação é determinada pelo controle dos despachos.

2.5 Mídia das Fontes

As agências possuem um importante papel na indústria da notícia. Muitas vezes elas são o início do percurso percorrido pela informação numa longa cadeia de

comunicação, que perpassa jornais impressos, rádios, TVs e sites da Internet. A esteira de produção passa cada vez mais rápida, com as novas formas de tecnologia e com a cobertura em tempo real.

As instituições do serviço público são, tradicionalmente, fontes de informação, haja vista a relevância de se noticiar seus trabalhos e acontecimentos, mas afetam toda uma população. Diversos veículos da grande mídia se mobilizam para cobrir os acontecimentos políticos e laborais do serviço público. O comprometimento dessa cobertura tem de se adaptar a interesses de mercado, e muitas vezes acontecimentos são transformados em espetáculos.

Com as mudanças no mundo do trabalho, o serviço público decidiu desenvolver seus meios de comunicação, adquirindo profissionais próprios para tanto. A função dos jornalistas do serviço público é noticiar a produção e os acontecimentos da instituição, transmitindo assim a versão oficial de um determinado fato. A instituição pública, que antes era fonte de informação noticiada pela mídia, agora possui seus próprios meios de comunicação social. É o que Sant'Anna (2008) chama de *mídia das fontes*.

As mídias das fontes, ou mídias corporativas, correspondem a uma estrutura de Comunicação Social de uma corporação. Tais mídias somam-se à função do assessor de imprensa de uma pessoa (cargo que geralmente é ocupado por um jornalista), corporação ou empresa outras funções jornalísticas, como repórter, fotógrafo, editor, diagramador, etc. Os limites entre a atuação de cada um desses profissionais confundem-se com outros da mesma empresa, como o publicitário e o profissional em relações públicas.

Por serem servidores públicos, os jornalistas do serviço público estão submetidos à legislação específica, que diferencia a relação de trabalho que eles têm (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988) das relações de trabalho dos

jornalistas da iniciativa privada (CLT – Consolidação das Leis de Trabalho, Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943). A baixa quantidade de estudos comparativos entre o trabalho dos setores público e privado não nos permite traçar características que possam distingui-los. Espera-se que a presente pesquisa contribua com o caso dos jornalistas do serviço público, em comparação com os estudos apresentados dos jornalistas da iniciativa privada (Heloani, 2006; Silva e Heloani, 2007; Grisci e Rodrigues, 2007).

Todavia, na área de estudo sobre o serviço público, Lima (2008) recentemente aplicou o ITRA – Inventário do Trabalho e Índices do Adoecimento¹³ numa instituição do Poder Legislativo do Distrito Federal e observou um nítido descompasso na percepção dos gestores e servidores efetivos acerca da qualidade de vida no trabalho dessa mesma instituição. Se, por um lado, estes enfrentam problemas de organização do trabalho (exemplo: as normas para execução das tarefas são rígidas), de condições de trabalho (barulho no ambiente de trabalho), e de relações socioprofissionais (os funcionários são excluídos das decisões); por outro lado, a percepção média é satisfatória no que tange aos aspectos de remuneração e relação entre os servidores. A autora identificou também um elevado custo de trabalho (cognitivo, físico e afetivo) que, somado às vivências de mal-estar relatadas, prejudicam a qualidade de vida no trabalho.

Para verificar essa dimensão do jornalismo do serviço público, mais especificamente como são usadas as estratégias de mediação do sofrimento frente a discrepância entre o prescrito e o real, apresenta-se o método usado na pesquisa e em seguida os resultados encontrados.

¹³ Instrumento que avalia as condições físicas e psicossociais do contexto de produção de bens e serviços, do custo humano no trabalho, e de indicadores de vivências de prazer e sofrimento no trabalho.

Cap. 3 – Método

O pretense conteúdo é só uma pálida fachada; aquilo que se imprime é a sucessão automática de operações reguladas. (Adorno, 1944/2007, p. 31)

A padronização e o controle operam também em outros campos além do trabalho industrial, como no campo científico. A simples reprodução automática de operações reguladas produz números em larga escala, mas de conteúdos às vezes superficiais. A pesquisa qualitativa privilegia o aprofundamento do conteúdo pesquisado e, por conseguinte, necessita de uma flexibilidade maior na sucessão das operações. Os critérios de cientificidade para o estudo de um objeto de pesquisa inédito (pelo menos no referencial pesquisado), tanto do ponto de vista do grupo de trabalhadores (os jornalistas do serviço público) quanto do ponto de vista teórico (na análise sob a perspectiva da psicodinâmica do trabalho da discrepância entre trabalho prescrito e real) são apresentados neste Capítulo.

3.1 Participantes

Participaram dessa pesquisa seis jornalistas, todos servidores públicos concursados que trabalham há mais de 10 anos no mesmo órgão público do Poder Legislativo. O Departamento de Comunicação Social do órgão conta com uma equipe de 16 pessoas: 13 jornalistas (incluindo os três que ocupam cargo de chefia) e os demais responsáveis por serviços de secretariado e de administração. Além dessa equipe o Departamento de Comunicação Social possui um coordenador que é subordinado à Presidência do órgão. Do quadro de jornalistas apenas três são mulheres.

Para a presente pesquisa foi entrevistada uma jornalista do sexo feminino e cinco do sexo masculino que, após a apresentação do pesquisador, dos objetivos e do método de pesquisa, foram escolhidos pelo critério de voluntariedade. Inicialmente visualizavam-se entrevistas em grupo com os jornalistas, mas depois de conversar com

os jornalistas sobre qual, para eles, seria a melhor maneira optou-se por realizar entrevistas individuais para que a pesquisa pudesse ser realizada durante o horário de trabalho; não necessitando que os jornalistas interrompam o trabalho ou marquem um horário fora da jornada de trabalho para participar da pesquisa. Nas duas semanas que se seguiram, seis jornalistas foram entrevistados, um por dia, de modo que a coleta de dados pode ser conciliada com os horários de todos e com a demanda do órgão, de forma a não comprometer o trabalho.

3.2 Piloto

No estudo piloto na instituição pesquisada, avaliou-se a viabilidade da pesquisa e a construção da demanda e de um roteiro de entrevista para a pesquisa propriamente dita. No segundo momento, a pesquisa e análise da discrepância entre trabalho prescrito e real pressupõem duas formas de coleta de dados, uma para cada um.

A escolha do universo de pesquisa e do órgão pesquisado se deu pela congruência dos seguintes fatores entre pesquisador e pesquisados: acessibilidade, compatibilidade de horários e concordância prévia com os objetivos e método de pesquisa. O contato do pesquisador com o universo pesquisado teve início um ano antes com o estudo piloto feito com dois jornalistas. Esta amostra do estudo piloto consistiu nos dois jornalistas com menos tempo de serviço no órgão (dois anos). Foram feitas entrevistas individuais de uma hora de duração com cada um dos sujeitos separadamente. Os resultados foram analisados tal como descrito no tópico **3.4** e balizaram o roteiro utilizado nesta pesquisa como descrito a seguir.

O roteiro de entrevista, que foi feita com jornalistas diferentes dos entrevistados nesta pesquisa, era composto por 4 eixos temáticos. Com o intuito de esclarecer dúvidas, estimular o relato do entrevistado, se aprofundar em dados mais relevantes e

validar interpretações, foram feitas algumas perguntas de apoio, além das perguntas-eixo.

Roteiro de Entrevista:

1. O que você faz
2. As dificuldades encontradas no trabalho
3. O que faz para lidar com essas dificuldades
4. O sentimento sobre o trabalho

Concluiu-se com o piloto a viabilidade da pesquisa e construiu-se a demanda e o roteiro apresentado. A pesquisa da presente dissertação será descrita a seguir.

3.3 Coleta dos dados

A coleta dos dados referentes ao trabalho prescrito dos jornalistas se deu com uma pesquisa documental em relatórios, normas, regimentos e manuais da instituição pesquisada, na legislação brasileira sobre a profissão do jornalista e na literatura utilizada nas universidades. Devido à grande variedade de documentos dificultar a análise das discrepâncias, (apesar de haver muita repetição, muitas divergências pequenas e poucas divergências grandes) selecionou-se, dentre esses, três documentos considerados representativos da prescrição do trabalho do jornalista. Foram definidos, baseado na análise do conjunto total de documentos, três níveis de prescrição do trabalho de jornalista: um administrativo, um profissional e um de princípios e valores.

Um documento com a descrição do cargo de jornalista da instituição, conseguido junto ao Departamento de Recursos Humanos; outro com a descrição do Ministério do Trabalho sobre a profissão de jornalista no Brasil; e o livro *Elementos do Jornalismo*, de Kovach e Rosenstiel (2003), que apresentam de forma resumida, objetiva e didática as conclusões das discussões do Comitê dos Jornalistas Preocupados – um grupo de

editores dos jornais mais importantes, de jornalistas influentes na TV e rádio, de professores de jornalismo de alto nível e também escritores importantes, que organizaram diversas discussões públicas e pesquisas. A escolha da presente obra, em específico, se deu após consulta a jornalistas e a um professor universitário do curso de Comunicação Social da Universidade de Brasília – UnB.

Já para acessar os dados referentes ao trabalho real, fez-se uma entrevista individual com os seis participantes. As entrevistas tiveram a duração de uma hora cada. Foram gravadas e posteriormente transcritas. Todas procederam em um ambiente privado dentro da instituição, mas fora da sala de trabalho. Para que a pesquisa pudesse transcorrer sem atrapalhar o cotidiano de trabalho optou-se por entrevistar um jornalista de cada vez. Assim, os demais poderiam se organizar para perfazerem as demandas de trabalho. Todos os entrevistados se mostraram muito solícitos e interessados. A participação foi voluntária, sendo a pesquisa comunicada a toda a equipe. As entrevistas eram agendadas mediante contato do jornalista com o pesquisador, e aconteceram em setembro de 2008. A entrevista foi semi-estruturada e priorizou a utilização de perguntas abertas, seguindo um roteiro construído após o piloto.

3.4 Análise dos dados

Os dados da pesquisa documental referentes ao trabalho prescrito são descritos integralmente no Capítulo seguinte e comparados com os dados referentes ao trabalho real, visando analisar as discrepâncias existentes. A ferramenta de análise dos dados coletados nas entrevistas, portanto do trabalho real, será a Análise de Núcleos de Sentido – ANS, proposta por Mendes (2007). Esta é uma adaptação da Análise de Conteúdo – AC, proposta por Bardin (1977/2004). A idéia é categorizar a fala do trabalhador para posterior comparação com os dados obtidos sobre a prescrição do trabalho.

Segundo Bauer (2000/2002), a AC de Bardin objetivava possibilitar uma análise qualitativa sem deixar de atender a princípios científicos de coleta e de análise dos dados. O objetivo é categorizar conteúdos do *corpus* analisado. Este pode ser composto por imagens, acontecimentos, documentos, personagens ou temas. O agrupamento em uma categoria obedece a critérios de presença do conteúdo e de frequência de ocorrência. A recorrência é a unidade de análise (Franco, 2007). Ela significava um avanço em termos de pesquisa qualitativa e com o tempo passou por mais algumas adaptações que resultaram no método da ANS.

A ANS organiza não só conteúdos manifestos e recorrentes como também conteúdos latentes, psicológicos, contradições, aspectos específicos que são importantes para o objeto. Como o *corpus* da presente pesquisa corresponde a entrevistas transcritas, a unidade de análise será o tema, agrupado em Núcleos de Sentido de acordo com semelhanças semânticas entre si. Faz-se uso de táticas de validação, como a utilização de três juízes que farão, individualmente, as análises e posteriormente debaterão sobre o que foi visto, como, quando, onde, etc. O objetivo é minimizar os vieses de interpretação comparando as ANS de diferentes pesquisadores. Os Núcleos descritos no próximo Capítulo são uma síntese das ANS dos juízes. Pergunta de pesquisa e análise não estão desvinculadas. A subjetividade do pesquisador deve ser colocada à prova para contemplar cientificamente e de maneira objetiva a pesquisa qualitativa.

Cada Núcleo de Sentido deve atender a critérios de fidedignidade, como: homogeneidade, exaustividade, detalhamento (não deixar lacunas para interpretações frouxas, que podem denunciar problemas na coleta ou na análise dos dados ou na exaustividade), pertinência (se o tema pertence ou não a determinado Núcleo de Sentido) e exclusividade.

Cap. 4 – Resultados

Anteriormente, foram apresentados os resultados da pesquisa documental e, posteriormente, os Núcleos de Sentido das entrevistas. Com relação ao trabalho prescrito, a teoria da Psicodinâmica do Trabalho ainda carece de maiores definições. Em toda a literatura pesquisada não foi encontrada uma descrição deste prescrito. Dejours e os demais autores concentram-se nas descrições do trabalho real. Dessa forma, selecionar o prescrito não foi tarefa fácil.

Como foi possível observar em vários momentos das entrevistas, os trabalhadores fazem menção à prescrição. Todavia, quando questionados sobre essa prescrição, ora fazem menção à imposta pela instituição (como, por exemplo, nas verbalizações: “Porque nós, apesar de sermos jornalistas, nós temos de preservar a instituição”), ora à definição da classe profissional (“A gente não tem um jornal impresso para a população, a gente não tem uma rádio, com não tem a TV. Não tem aquela estrutura de comunicação”), e ora à literatura formadora do jornalista (“Porque você sabe que a agilidade na notícia é um dos requisitos principais da notícia. Então se a gente vai dar a notícia depois de tudo acabado, qual a vantagem da gente ter ido lá e etc, entendeu?”). A prescrição não tem uma referência clara e objetiva no referencial pesquisado que seja do conhecimento de todos os trabalhadores. Essa constatação será mais bem discutida no capítulo seguinte.

Diferente do trabalhador do chão de fábrica, primeiro a se submeter aos princípios científicos da administração do trabalho, cuja tarefa fragmentada e de baixa complexidade é imposta por um prescrito ditado pela instituição, o jornalista, no momento do contrato, já pressupõe uma formação anterior, geralmente numa faculdade ou universidade. Ou seja, já se pressupõe uma prescrição anterior à prescrição imposta

pela instituição. Acredita-se, para a presente pesquisa, três níveis de prescrição do trabalho, por entenderem que são documentos reconhecidos que antecedem e norteiam o trabalho do jornalista. O primeiro trata dos princípios e valores da profissão; o segundo da regulamentação estatal sobre a profissão; e finalmente uma delimitação da profissão dada pela instituição em que trabalham os jornalistas pesquisados.

4.1 O trabalho prescrito

O primeiro nível do trabalho prescrito será exemplificado pelas conclusões de Kovach e Rosenstiel (2003), que definem nove elementos do jornalismo que são:

- A obrigação do jornalismo é com a verdade;
- Sua primeira lealdade é com os cidadãos;
- Sua essência é a disciplina da verificação;
- Seus praticantes devem manter independência daqueles a quem cobrem;
- O jornalismo deve ser um monitor independente do poder;
- Deve abrir espaço para a crítica e o compromisso público;
- Deve empenhar-se para apresentar o que é significativo de forma interessante e relevante;
- Deve apresentar as notícias de forma compreensível e proporcional; e
- Os jornalistas devem ser livres para trabalhar de acordo com sua consciência.

O segundo nível de prescrição ao conteúdo imposto pelo Ministério do Trabalho – MT (2008), que faz a seguinte descrição sumária da profissão no Brasil:

“recolhem, redigem, registram através de imagens e de sons, interpretam e organizam informações e notícias a serem difundidas, expondo, analisando e comentando os acontecimentos. Fazem seleção, revisão e preparo definitivo das

matérias jornalísticas a serem divulgadas em jornais, revistas, televisão, rádio, internet, assessorias de imprensa e quaisquer outros meios de comunicação com o público”.

As funções do jornalista definidas pelo MT são:

- Informar ao público;
- Iniciar o processo de informação, com coleta e registro, qualificando a informação;
- Atualizar a informação; e
- Comunicar a informação.

Finalmente, o último nível de prescrição do trabalho dos jornalistas pesquisados corresponde à uma delimitação feita pela instituição pública. O cargo é de Analista com especialização em Jornalismo. O único requisito imposto pela instituição para cumprir as atribuições é o grau de escolaridade, com curso superior completo em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Na descrição sumária das atribuições consta que o jornalista deve:

- Planejar, coordenar e executar ações relativas à área de jornalismo, coletando, divulgando e redigindo notícias, informações e mensagens de interesse da Casa.

4.2 – O trabalho real

Com relação aos dados coletados representativos do trabalho real, para cada uma das entrevistas feitas foi realizada uma Análise de Núcleo de Sentido por cada um dos três juízes. Estes posteriormente se encontraram, debateram e sintetizaram os Núcleos. Apenas a síntese será apresentada aqui.

Para preservar o sigilo, aspecto contratado com os jornalistas, modificou-se qualquer referência feita pelos entrevistados com relação ao nome da instituição e a especificação dos cargos políticos do órgão (a hierarquia), que será genericamente chamado de “Casa” e “parlamentar”. O primeiro é um nome comumente utilizado pelos servidores públicos de diversos órgãos dos três poderes. No mais, procurou-se utilizar uma descrição o mais próxima possível da relatada pelos jornalistas, de preferência com as mesmas palavras.

Foram delimitados, posteriormente às entrevistas, três Núcleos de Sentido descritos a seguir. Deu-se como nome ao Núcleo de Sentido uma frase do entrevistado que refletisse o conteúdo do núcleo:

1. “É a burocracia que acaba com tudo”
2. “A gente não é burocrata que faz uma matéria e joga no site”
3. “Vou me ocupando de outras coisas para me sentir ativo profissionalmente”

“É a burocracia que acaba com tudo”

Este Núcleo de Sentido descreve a organização do trabalho do jornalista da Casa. A Comunicação Social é subordinada à Presidência da Casa e possui um coordenador e três chefes de seção. Apesar da divisão, entretanto, há somente uma equipe composta por 13 jornalistas (incluindo os três chefes de seção) e três pessoas do setor administrativo – “No organograma teríamos atividades distintas para cada um. Mas no dia a dia isso é inviável, por falta de pessoal e por termos de fazer o mesmo trabalho”.

O trabalho consiste em noticiar os eventos da instituição e atender as necessidades jornalísticas da mídia externa. “Nosso trabalho é voltado para a divulgação institucional”. A organização do trabalho é marcada pela autoregulação, e pelo baixo controle do tempo, ritmo e pressão por produção. “Somos responsáveis pelo portal de notícias”. A cobertura jornalística é predominantemente das atividades-fim, ou seja, político-legislativas, que, em sua quase totalidade, contemplam as atividades dos parlamentares. “A gente não tem que julgar, a gente tem que fazer a cobertura. Se é uma porcaria o problema não é nosso”. A linguagem deve ser o mais curta, objetiva e imparcial possível, haja vista a necessidade de uma linguagem adaptada para o tipo de veículo, um portal de notícias da página da instituição na Internet.

“Mas em geral a regra é tentar dar tudo, dar todo mundo para não ficar privilegiando nenhum partido e nenhuma corrente ideológica nem nada”. Os jornalistas

apontam para um conflito sobre o critério jornalístico adotado pela organização do trabalho, que não é claramente prescrito, e que a inteligência prática desenvolvida por eles baseasse num referencial da formação enquanto jornalista. “Nem sempre é possível, mas a gente tenta dar tudo. Enquanto não dá para dar tudo a gente usa o critério jornalístico mesmo de importância”. Critério jornalístico de importância remete à formação do profissional enquanto jornalista, e não à percepção da instituição sobre o que é ou não importante.

Eles produzem ainda um *house organ*, um jornal impresso de circulação interna e periodicidade mensal, com notícias e reportagens envolvendo o cotidiano e as pessoas da Casa. Também são responsáveis pelo boletim quinzenal das notícias e, em especial um dos chefes de seção, por atender as necessidades da mídia externa que cobre as atividades da instituição. Os atendimentos são, em sua maioria, dúvidas sobre os acontecimentos de meios de comunicação que não puderam enviar um jornalista para pessoalmente realizar a cobertura dos fatos, que então telefonam para a Comunicação Social.

Os jornalistas da instituição são divididos em duas equipes, cada uma responsável por um turno de trabalho, com exceção dos chefes de seção, que trabalham em tempo integral. “Nós jornalistas trabalhamos de acordo com o ritmo dos parlamentares”. O ritmo de produção depende dos acontecimentos da instituição, o que normalmente fica aquém da quantidade e qualidade dos jornalistas. “Muitas pessoas tem interesse em fazer concurso para essas áreas exatamente por isso. Você foge um pouco do dia a dia do jornal, a pressão muito maior para fechamento, para ter aquela matéria, ter que conversar com a fonte, ter que dar um furo no jornal. Nós não trabalhamos com esse tipo de pressão”.

“Ao mesmo tempo que pode parecer coisa boa, porque você tem liberdade, e às vezes é bom mesmo, na maioria, mas na maioria dos casos é meio bagunça, assim, é meio esculhambação. Porque você fica meio, meio solto demais, entendeu? E aí você acaba que tem de se autoregular para fazer o mínimo. Quando a gente poderia, poderia não, deveria estar fazendo muito mais do que o mínimo”.

Segundo os trabalhadores entrevistados, a autoregulação dos jornalistas se dá pela ausência de um comando efetivo na organização que faça esse papel. Apesar de atender as demandas exigidas pela instituição, os jornalistas relataram descontentamento com a produção realizada. “Há um dismantelo total e absoluto do meu setor. A gente produz o mínimo, nem sempre essa produção é digna da nossa capacidade”.

“A gente não é burocrata que faz uma matéria e joga no site”

Este Núcleo de Sentido descreve a dinâmica do reconhecimento do trabalho dos jornalistas da instituição e suas condições de trabalho. Marcada pela ausência de vontade política em transformar a Comunicação Social em uma ferramenta estratégica, os parlamentares não reconhecem a importância do trabalho dos jornalistas da Casa. “A gente tinha uma sala enorme, e depois foi diminuindo, diminuindo e hoje é todo mundo amontoado. A gente tem problemas com a área de informática, que as coisas não funcionam, direito. Tem dia que funciona, tem dia que não funciona, tem dia que não funciona tão bem, tem dia que não funciona. E a gente depende disso, porque é o único veículo que a gente tem hoje é a página”.

Percepção que é evidenciada no baixo número de meios de comunicação da instituição (apenas a Internet, quando poderia haver jornal impresso, rádio, TV), na ausência de treinamento (quando iniciaram a vida profissional como jornalistas realizavam as reportagens nas máquinas de escrever, hoje é enorme o avanço da tecnologia), nas baixas condições de trabalho – com ausência de equipamentos, computadores obsoletos, rede precária, falta de cadeiras, tomadas e infraestrutura.

“Porque você sabe que a agilidade na notícia é um dos requisitos principais da notícia. Então se a gente vai dar a notícia depois de tudo acabado, qual a vantagem da gente ter ido lá e etc, entendeu? Não tinha muita vantagem. A gente não é burocrata que faz uma matéria e joga no site. A nossa transmissão é voltada para as necessidades de disponibilizar a informação, em tempo que ela estiver, de preferência em tempo real”.

“Mas a gente vai escrever e o computador não funciona, a rede tem limitações terríveis, cai fora do ar, cai em pleno, você está lá tentando salvar a matéria, se perde a matéria. Então nós temos limitações infinitas, infinitas. Então isso, como você pode imaginar, isso nos leva a um grande desestímulo. Uma grande desmotivação e tudo. Porque nós somos todos, assim, profissionais experientes, profissionais assim, modéstia a parte, gabaritados, sabe? As pessoas todas que entraram aqui entraram por concurso, se submeteram as provas relativamente difíceis. Foram realmente pessoas selecionadas”.

As preocupações políticas estão direcionadas à mídia externa, devido a sua maior divulgação e poder de penetração na opinião pública. O único interesse dos que estão no comando na Comunicação Social é a verba destinada à publicidade institucional, responsável pelas propagandas da instituição na mídia privada. Essa verba é administrada pelo coordenador da Comunicação Social, cujos esforços giram em torno da administração dessa verba e dos interesses do parlamentar que o nomeou para o cargo de coordenador, em detrimento dos interesses do setor. “A impressão que dá é que muitas vezes a única coisa que eles acham da Comunicação que pode ajudar eles é a questão da publicidade. Ali dentro da Comunicação também a gente tem uma verba para fazer publicidade mesmo, propaganda institucional. Então eles concentram nisso e esquecem do resto”.

O baixo reconhecimento dos jornalistas pela organização do trabalho evidencia-se pela ausência de treinamento dos trabalhadores para as mudanças no mundo do trabalho. Outro exemplo do baixo reconhecimento vem das péssimas condições de trabalho dos jornalistas.

“Para você ter uma idéia de como em 15 anos houve uma transformação tão enorme no campo das comunicações que quando eu cheguei aqui nessa Casa nós escrevíamos matérias em laudas na máquina de escrever manual. Manual! Então e hoje nós escrevemos na Internet. Então você vê que é uma situação assim, como dizer, uma, um avanço enorme, mas nós não fomos preparados para esse tipo de avanço”.

“Vira e mexe dá pau, trava e tal. Então dá mais estresse, você fica mais estressado para poder escrever o material, por causa dos equipamentos, da rede, que é um lugar crônico aqui, do que com a apuração em si, a quantidade de informação que se tem. Já acontece de vez em quando da gente apurar, ter tudo e não conseguir fazer a matéria porque o sistema está com problema”.

Se por um lado a organização do trabalho oferece um baixo reconhecimento deles enquanto jornalistas, há um alto reconhecimento enquanto servidores públicos, com alto salário e estabilidade no emprego. “Porque assim, aqui se ganha bem. Se ganha realmente bem. Não dá para comparar o salário daqui com o trabalho de jornal. Aqui você ganha bem para não fazer nada. Muita gente acha isso o máximo. Eu acho péssimo”. Todavia, a frustração profissional acaba falando mais alto. “Eu abriria mão de muitas conquistas, de muitas mordomias que as pessoas apontam que a gente tem mesmo aqui, por uma melhor estrutura de trabalho. Por uma estrutura mais profissionalizada, coisa que a gente não tem”.

Os cargos de chefia são “loteados” entre os políticos e por várias vezes profissionais de outras áreas, não capacitados para a área do jornalismo, são transformados em chefes. “Mas nesses últimos 10 anos já teve situações muito piores do que... às vezes eram nomeadas pessoas que nem eram da área. Já teve... já fui chefiado por pessoas que eram administradores, dentistas, historiadores, geógrafos... ai o cara é nomeado para ser chefe da gente”.

Por outro lado, os jornalistas da iniciativa privada elogiam bastante a qualidade do portal de notícias da Casa, alegando consultá-lo diversas vezes na elaboração das reportagens. O relacionamento entre os jornalistas internos e com os externos é de companheirismo, solidariedade e ajuda mútua, sendo repassadas a eles informações ou denúncias que não podem ser publicadas pelo jornalismo institucional.

“Porque, por exemplo, as meninas da Globo sempre nos dizem: o site de vocês é muito bom, a gente sempre está se socorrendo naquelas informações que estão ali. Então elas dão, e quem dá um feedback, é possível achar que nosso trabalho está mais ou menos razoável. E isso é de certa forma reconfortante. Mas a Casa mesmo em si não se importa, não se empenha em dar condições, e pelo menos apreciar o trabalho que fazemos. A gente, por exemplo, muitos eventos aqui da Casa a gente só fica sabendo depois que acontecem. Sabe porque? Ele chama a Globo, o Correio Brasiliense, que é a mídia na qual eles aparecem nas páginas dos jornais. Aqui eles só aparecem se o cara acessar a Internet”.

Há ainda uma diferença de tratamento dedicada aos servidores concursados e os servidores comissionados.

“Mas aqui na Casa a gente não costuma ter grandes rivalidades, não. Até porque somos colegas, estamos sempre no mesmo barco. Tem uma distinção muito grande, isso que não foi causada por nós, até pelos políticos, e o sindicato às vezes, até por ser corporativista, compra essa briga entre os servidores efetivos e os servidores comissionados”.

“Vou me ocupando de outras coisas para me sentir ativo profissionalmente”

Este Núcleo de Sentido descreve os sentimentos relacionados à profissão de jornalista e ao trabalho no serviço público. “Adoro meu trabalho. Adoro o que faço. Procuo fazer sempre com alegria, entusiasmo, reconheço a importância da Casa, como eu te falei, acho que ela é necessária, ela é fundamental para garantir os direitos do cidadão, para o fortalecimento da democracia, para a fiscalização dos atos do governo”. A identificação com a profissão de jornalista é vivenciada de maneira prazerosa como gratificação e contribuição para com o processo democrático, além de ser algo dinâmico

e que o mantém informado. “A gente não lida com uma rotina comum aos demais serviços. Cada dia você tem de tratar algum tipo de informação, você aprende, a gente acaba aprendendo muito, né, com a profissão. E isso é bom, isso é muito bom”.

É nítido o contraste entre o que a satisfação com o poder aquisitivo que o trabalho oferece, contrastando com a realização pessoal e profissional. Todavia, o ritmo e a pressão por produção da iniciativa privada contrastam com o do serviço público, somado a estabilidade no emprego e a boa remuneração.

“Mas assim, me deu muitas coisas. Com salário daqui eu tenho um apartamento, um carro bom, eu viajo, essa parte, assim, eu também não vou desprezar. Mas em relação a satisfação no trabalho, se você me desse assim uma escala de 0 a 10 eu ia lhe dizer que estou em -1. Em termos de satisfação não tem a menor. Porque não tem nenhum projeto, não tem nada para desenvolver”.

“A gente sabe que nem sempre as questões técnicas prevalecem aqui na Casa e isso tem nos prejudicado de de de... não sei como é a opinião dos outros, mas essa questão da ingerência política, da administração política da Casa, isso talvez seja um dos elementos que mais tem nos causado, assim digamos, uma certa desilusão, uma certa insatisfação com o nosso trabalho”.

“A gente vive nessa contradição do desejo de fazer um trabalho melhor com a falta de vontade política, de melhores condições de trabalho e tal. A gente vive nesse dilema. O dia que você está super afim de fazer alguma coisa legal, teve umas idéias, quer implementar algumas coisas, e tem dia que você está meio para baixo, meio desestimulado com a falta de condições e a falta de visão”.

A seguir, são discutidos estes núcleos de sentido com base nos objetivos de pesquisa.

Cap. 5 – Discussão

“A sujeira de qualquer espécie nos parece incompatível com a civilização” (Freud, 1969/1997, p. 46).

Neste Capítulo, serão discutidos os resultados à luz do referencial teórico apresentado. O objetivo é realizar uma análise do impacto dessa discrepância nas estratégias de mediação utilizadas frente ao sofrimento dos jornalistas do serviço público sob a perspectiva da Psicodinâmica do Trabalho. Para tanto, é necessário: descrever a organização do trabalho de jornalistas do serviço público; verificar a discrepância entre o trabalho prescrito e o real; e identificar seus efeitos sobre o sofrimento e as estratégias de mediação.

Antes de se atender aos objetivos específicos cabe uma breve discussão sobre a coleta de dados. Para verificar a discrepância entre o trabalho prescrito e o real foi preciso pesquisar em duas fontes diferentes para se ter acesso aos dados. Os dados referentes ao trabalho real são análises temáticas das entrevistas individuais com os jornalistas. Para os alusivos ao trabalho prescrito buscou-se um documento fornecido pela instituição pesquisada. Mas, percebeu-se nas entrevistas que existiam outras fontes regulatórias da organização do trabalho, que não necessariamente eram citadas no documento institucional.

O trabalho de jornalista não é como o de um operário de fábrica. Este segue apenas uma prescrição, a imposta pela hierarquia direta, geralmente ditada por um engenheiro. É no chão da fábrica que se dá a formação do trabalhador, lidando com o real. O jornalista, assim como outras profissões que exigem curso superior, tem uma formação complexa e demorada, que se inicia na faculdade. Fica nítido nas entrevistas algumas referências a um prescrito comum a vários jornalistas, e não apenas aos da instituição pesquisada.

Dejours (2008) entende o trabalho prescrito como tudo aquilo que vem antes do trabalho real. Essa definição ampla e genérica abre espaço para uma interpretação maior do que apenas a definição prescrita imposta pela instituição. Esta é sintética e pressupõe uma complementaridade, ainda que ela mesma não delimite objetivamente qual. A ausência dessa delimitação clara impacta no trabalho real, fazendo do trabalhador a variável de ajuste dessa dúvida, expondo-o a um possível erro e punição por interpretar a regra de maneira autônoma e, às vezes, indesejada.

Como explicitado no Capítulo do Método, após conversas com jornalistas e com um professor universitário, chegou-se um conjunto de obras, referências e sites sobre a profissão de jornalista. Optou-se por três, dentre muitos, para tornar viável a análise, e o critério de escolha dos três foi a forma didática, objetiva e sintética de apresentar as conclusões. Chegou-se, além do documento fornecido pela instituição, a um documento do Ministério do Trabalho e a obra de Kovach e Rosenstiel (2003).

5.1 Descrevendo a organização do trabalho dos jornalistas do órgão do serviço público sob a ótica do trabalho real

Começaremos pelo trabalho real, cujos dados foram obtidos da análise das entrevistas. O primeiro Núcleo de Sentido do Capítulo anterior, “*É a burocracia que acaba com tudo*”, descreve a organização do trabalho dos jornalistas do órgão do serviço público pesquisado. Observa-se que as atribuições da Comunicação Social da Casa são de conhecimento de toda a equipe, que, dividida em duas (um grupo para cada turno), procura realizar o trabalho. O organograma divide a equipe dos jornalistas em três seções, mas na prática isso não é obedecido e prevalece à divisão em dois turnos de trabalho, com uma parte da equipe em cada turno. É a primeira das contradições

identificadas entre o trabalho prescrito e o real. Posteriormente, ainda neste capítulo, será analisado o impacto dessa contradição, somado às outras, no jornalista.

São basicamente três as atribuições descritas pelos entrevistados para a Comunicação Social: cobrir os eventos que acontecem na Casa (principalmente relacionados aos parlamentares), se relacionar com os jornalistas da iniciativa privada que cobrem os acontecimentos da instituição (normalmente são telefonemas para se informar dos fatos e tirar dúvidas), e produzir o *house organ*. Direta ou indiretamente, alguns ainda citaram que eles deveriam ser responsáveis pela imagem da Casa. Todos concordaram quanto à importância de se informar sobre os acontecimentos que envolvem a instituição. Relataram que a primeira coisa que fazem logo ao chegarem à instituição é ler jornais e assistir a programas de rádio e TV para saber dos acontecimentos gerais e principalmente dos que envolvem a Casa.

O público-alvo dos jornalistas da Casa deveria ser a população. Mas isso é significativamente reduzido pelo único meio de divulgação da produção jornalística da instituição, a Internet. Apesar de crescente, ainda é pequena a porcentagem da população brasileira com acesso fácil ao meio virtual, com conhecimento das funções da Casa, e com interesse nas informações em tempo real dos acontecimentos legislativos. Na prática o público-alvo tem sido jornalistas da mídia externa, que utilizam as informações do site da instituição para pautar seus noticiários.

Na percepção dos jornalistas entrevistados, o ritmo de trabalho deles acompanha o ritmo de trabalho dos parlamentares na instituição. Como foi relatado em uma das entrevistas, sabe-se que o ritmo de trabalho dos parlamentares não pode ser medido apenas pelo que eles encontram dentro da instituição – portanto, pelo que é coberto pelos jornalistas da Casa. Mas, por sua vez, o trabalho dos parlamentares dentro da instituição é aquém da quantidade e qualidade dos jornalistas do órgão do serviço

público. Portanto, a principal atribuição relatada pelos jornalistas, a de cobrir os fatos relacionados aos parlamentares, possui um ritmo de produção abaixo da capacidade da equipe, não sobrecarregando nem provocando pressão por produção.

No ímpeto por produzir, os jornalistas recentemente desenvolveram o *house organ*, um jornal impresso de circulação interna com periodicidade mensal que cobre os acontecimentos envolvendo a Casa e seus servidores. O engajamento nessa atividade, no entanto, é secundário e voluntário. Sem poder para exigir um grande desempenho para o impresso, o chefe responsável elabora a pauta e sugere que alguns colegas jornalistas produzam uma matéria. Estes, por sua vez, podem optar por não participar de determinada edição, alegando falta de interesse ou dedicação à outra atividade (institucional ou privada). A participação não deve concorrer com a atividade de cobertura dos fatos da Casa envolvendo os parlamentares, portanto, o *house organ* é produzido no “tempo livre” dos jornalistas – como há menos trabalho do que às 5 horas diárias exigidas de cada um pela instituição, eles têm tempo ocioso dentro do horário de trabalho. A produção do *house organ* possui um caráter secundário dentro da cadeia produtiva na percepção dos jornalistas.

Contradizendo o referencial teórico (Luque, 2006; Ferreira, 2007; Batista, 2007; Dejours, 2008) que evidencia uma epidemia dos princípios da administração científica no mundo do trabalho (Adorno e Horkheimer, 1944/2007), caracterizado pelo aumento do controle sobre o trabalhador (Antunes, 1999), os jornalistas do órgão do serviço público pesquisado não vivenciam esse tipo de ordem. Há uma completa despreocupação com a fiscalização dos horários e do trabalho dos jornalistas, que, conforme suas próprias palavras, se autoregulam. Esse tipo de autocoordenação do grupo permite aos jornalistas desenvolverem a estratégia (para lidar com o sofrimento) de estarem na instituição apenas no momento em que se demanda a cobertura de um

determinado acontecimento, revezando entre os jornalistas da equipe a cobertura dos acontecimentos.

A autoregulação não reflete a vontade de todos os entrevistados, que preferiam uma liderança mais firme e presente, seguindo um planejamento que exigisse mais do que o desempenho mínimo de cada jornalista. A autoregulação atende a expectativa da instituição para com os jornalistas, mas não a expectativa dos jornalistas com relação a eles mesmos, ou melhor, com relação à comparação para com os pares da iniciativa privada, ou com relação ao registro na identidade estabelecido na graduação em jornalismo – e descrito no nível da prescrição dos princípios. Essa autoregulação só acontece pela ausência de um líder legitimado pela instituição que assuma para si essas responsabilidades. Não foi encontrado na literatura pesquisada estudo que confirme ou refute tal característica de autoregulação.

O segundo Núcleo de Sentido, “*A gente não é burocrata que faz uma matéria e joga no site*”, são descritas a dinâmica do reconhecimento do trabalho dos jornalistas e as condições de trabalho. Conforme dito anteriormente (item 2.2), em uma mesma empresa observa-se grandes diferenças nas condições de trabalho de setores distintos. Essas diferenças são fruto da dinâmica do reconhecimento que atribui mais valor às atribuições de um determinado setor, geralmente o setor responsável pelas atividades-fim da instituição. A cadeia hierárquica acima dos jornalistas pesquisados é composta pelos três chefes de seção (sendo dois destes servidores concursados e o outro servidor comissionado, indicado pelo presidente), pelo coordenador e pelo presidente da Casa (parlamentar). Os jornalistas (que incluem os chefes das seções), é claro, se importam com o trabalho da Secretaria de Comunicação, já o coordenador e o presidente da Casa, por sua vez, se preocupam apenas com a verba publicitária e, nas palavras de um

entrevistado, com aspectos de sobrevivência política – a imagem do parlamentar para as próximas eleições.

Se usarmos o triângulo da Psicodinâmica do Trabalho (Dejours, 2004a), esse quadro diagnostica uma grave alienação cultural, ou seja, o isolamento da autoridade (Trabalho) do pólo Trabalho – Sofrimento – Reconhecimento (Figura 3). A confusão do jornalista frente à alienação cultural é muito significativa. Sem uma liderança efetiva a Comunicação Social poderia simplesmente se esfacelar e deixar de atender as demandas prescritas.

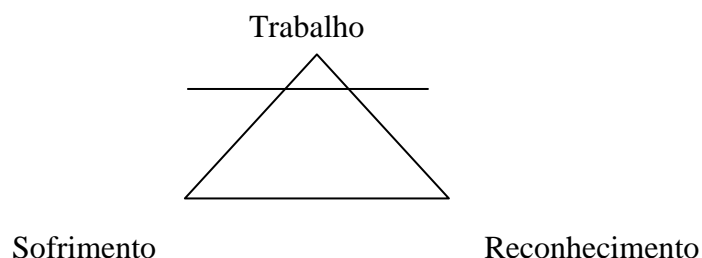


Figura 3: Alienação Cultural no Triângulo da Psicodinâmica

O equilíbrio, ou seja, a tentativa de se manter saudável, de elaborar o sofrimento patogênico, veio da estratégia de defesa do coletivo de trabalhadores de autoregulação. O duplo julgamento (Dejours, 2004a) a que se submetem os jornalistas é polarizado, se, de um lado, o julgamento da utilidade (feito pela hierarquia e pelos consumidores, ou seja, a população) os menospreza e os ignora, por outro, o julgamento de estética (dos pares) é alto, tanto dos colegas jornalistas da mesma instituição quanto da mídia externa, que reconhecem as dificuldades de produção e de convívio com a instituição, ou seja, o sofrimento, e a qualidade final da produção.

O desempenho da autoregulação é limitado ao reconhecimento do trabalho dos jornalistas. Segundo eles, seu trabalho não tem valor enquanto “moeda de troca” para os

parlamentares¹⁴, que, assim sendo, não investem em melhores condições para eles trabalharem, como mobiliário mais novo e adequado, outros meios de comunicação como rádio ou jornal impresso, e na implantação de políticas de comunicação entre a instituição e a população. A autoregulação não contempla toda a falha da prescrição, e deixa em conflito muitos jornalistas no momento de escrever uma reportagem, como qual tipo de linguagem utilizar, qual o tamanho ideal das matérias publicadas, e qual o nível de imparcialidade que deveria ser adotado.

O pior, segundo os trabalhadores, é o “loteamento” de cargos, isto é, a distribuição de cargos de chefia para os afilhados políticos ou para cabos eleitorais. Isso resultou algumas vezes em nomeações de profissionais totalmente alheios ao jornalismo para chefiá-los, numa clara demonstração do desinteresse pelo produto final dos jornalistas do serviço público. No momento, segundo as entrevistas, após algumas estratégias dos jornalistas reclamando da situação (que serão discutidas no próximo tópico), os chefes são jornalistas¹⁵. Mesmo melhor do que antes, o foco do coordenador e do presidente na verba da publicidade e nos interesses do parlamentar ainda deixa a Comunicação Social sem uma liderança efetiva, sem autoridade nem planejamento.

Contrariando os resultados dos estudos de Heloani (2006), que identificaram nos jornalistas da iniciativa privada uma baixa qualidade de vida, com sobrecarga de trabalho, incertezas com relação ao futuro profissional e baixa remuneração, com falta de tempo para a família e para os estudos em pós-graduação; os de Silva e Heloani (2007), que numa análise comparativa entre as categorias dos jornalistas e guardas municipais, sinaliza como fatores determinantes os significativos índices de estresse, aspectos sócio-organizacionais do cotidiano estrutural e das características da atividade

¹⁴ O produto dos trabalhos dos jornalistas do órgão do serviço público tem uma baixa divulgação e poder de penetração na opinião pública; ao contrário do produto dos trabalhos dos jornalistas da iniciativa privada, que, portanto, é foco das preocupações dos parlamentares.

¹⁵ Possui diploma em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

de trabalho (como relacionamento com o público); e os de Grisci e Rodrigues (2007), que ressaltam os impactos reais sobre o trabalhador da notícia da compressão do tempo e da reestruturação do trabalho – com sobreposição/supressão de funções, encurtamento de produção de notícias verificado através da antecipação e planejamento do *deadline* e avanço rumo à chamada multimídia – tem-se diferentes resultados para a pesquisa com os jornalistas de um órgão do poder público.

Estes não enfrentam sobrecarga de trabalho, mas incertezas com relação ao futuro profissional, baixa remuneração, falta de tempo para a família e para os estudos. O estresse vivenciado se dá por outros motivos, como frustração profissional, monotonia, perda do sentido do trabalho e desilusão com relação ao planejamento para desenvolver um trabalho melhor (corroborando com as vivências encontradas nos resultados da pesquisa sobre trabalho bancário de Resende e Mendes, 2004). E o impacto da compressão do tempo e da reestruturação do trabalho atinge o jornalista do serviço público de outra maneira, por distanciar ainda mais no registro de sua identidade o *ideal de ego*, do *ego ideal*, do *ego real*, como que os destacando da realidade vivenciada por um jornalista “*de verdade*”. O estudo de Silva e Heloani (2007) opõe uma categoria profissional intelectualizada com outra composta predominantemente pela camada social média-baixa. Isso mostra as semelhanças do impacto de características gerais do mundo do trabalho sobre uma grande diversidade de trabalhadores, independente do grau de instrução, conforme contribuição trazida por Silva e Heloani (2007), no estudo comparativo entre jornalistas e guardas municipais.

A sensação de abandono resultada da alienação cultural somada às precárias condições de trabalho frustra as expectativas dos jornalistas com relação ao seu desempenho e ao produto final de seu trabalho. A missão de noticiar em tempo real empaca muitas vezes na morosidade do serviço público, cuja baixa velocidade da esteira

de produção acompanha o ritmo lento da burocracia exigida, corroborando com algumas dificuldades enfrentadas pelo órgão do Poder Legislativo estudadas por Lima (2008), e nos problemas de gestão dos recursos entre os departamentos da Casa, como entre o de Comunicação Social e o de Informática, citados nas entrevistas.

Os sentimentos dos jornalistas com relação à profissão e ao serviço público são descritos no Núcleo de Sentido “*Vou me ocupando de outras coisas para me sentir ativo profissionalmente*”. Corroborando com o estudo de Heloani (2006), os jornalistas demonstraram uma grande paixão pelas suas atividades, relatando inclusive contribuírem para o processo democrático, além de fornecerem informações para que as pessoas possam se autogovernar, gerando um sentimento de realização por contemplarem a missão do jornalista. Há também um sentimento de gratidão para com o jornalismo e para com o serviço público, que lhe possibilitou um lugar na sociedade, e cujo reconhecimento lhe possibilita a aquisição de bens materiais como carro e apartamento próprios, além do sustento da família.

A Psicodinâmica do Trabalho não entende sofrimento como sinônimo de doença, nem prazer como sinônimo de saúde. Os conceitos podem estar relacionados, mas não significam a mesma coisa. As vivências de prazer e de sofrimento fazem parte da existência. O sofrimento mobiliza o indivíduo, que pode solucioná-lo de maneira criativa. Quando, por algum motivo pessoal ou da organização do trabalho, o sofrimento não pode ser elaborado, desenvolve-se um processo patogênico que pode levar ao adoecimento.

Os jornalistas, por se tratarem de uma classe profissional altamente politizada, ainda mais pela qualificação dos pesquisados (avaliado pela percepção dos entrevistados e por se tratar de uma seleção pública com alto grau de exigência) e trabalhando no contexto do serviço público, possuem consciência da discrepância entre a concepção e a

realização do seu trabalho. O contato com as informações divulgadas lhes permite ter conhecimento dos recursos totais da instituição e da quantidade destes que são destinadas às políticas de comunicação social da Casa. Esta evidência só aumenta o choque da discrepância na subjetividade de cada trabalhador.

Padece-se de uma reflexão ética sobre o trabalho desses jornalistas. Mota (2003) alerta para o poder e a importância das Agências de Notícias na cadeia informativa e do impacto dessas informações na vida das pessoas. É delas, na maioria das vezes, a geração de uma mensagem que pode ser comunicada para todo o mundo. No entanto, as condições para o trabalho dos jornalistas pesquisados deixam a desejar, e demonstram que a missão do jornalista, seu apego à prescrição e aos princípios do jornalismo podem estar comprometidos.

Não foi possível identificar os padrões de manipulação descritos por Abramo (2003) na amostra pesquisada. Talvez por não se tratar da parcela dos jornalistas da iniciativa privada que foi chamado pelo autor de Grande Mídia, aquela com altíssimo poder de penetração na opinião pública, e conseqüentemente, cuja manipulação é alvo de intenso desejo por parte de alguns. Outra razão para tanto pode ser o fato de os jornalistas pesquisados não terem liderança com relação ao seu trabalho, ou seja, não se pensa a Comunicação Social da Casa como ferramenta estratégica, portanto não há o que ser manipulado pela hierarquia.

Uma eventual manipulação individual pode se apresentar na forma como é relatado um determinado evento, na maneira como são ressaltadas nas matérias produzidas algumas características do fenômeno jornalístico em detrimento de outras, ou ainda no exagero não contido nas palavras de um jornalista. Entretanto, estas não surtem o mesmo efeito dos padrões de manipulação descritos por Abramo (2003), pois não se tratam de algo imposto ou adotado pelo coletivo. Nas próximas oportunidades

em que o fenômeno jornalístico cuja opinião se queira manipular aconteça, não é garantia de que o mesmo seja coberto pelo mesmo jornalista, já que há um sistema de rodízio entre eles.

Para que aja um padrão de manipulação é preciso uma continuidade desta prática. Essa manipulação individual corresponderia quase que àquela inevitável parcela de transgressão da utópica neutralidade da notícia (Kovach e Rosenstiel, 2003; Karam, 2004). Seria o viés causado pela limitação existencial que possui o jornalista, aquela que tendencia sua percepção para aspectos que lhe toquem, que lhe sensibilizem, que tenham alguma relação com a sua história de vida e com a projeção de seus conteúdos inconscientes.

Segundo Karam (2004), objetividade da informação e interesse público são maquiagens no discurso, idealizações e critérios confusos para esconder os interesses privados por trás da produção da notícia. A veemência dos comportamentos dos que detêm o poder na produção das notícias do órgão pesquisado manifesta o descrédito para com a missão da Comunicação Social da Casa. O reconhecimento dos jornalistas do serviço público é negado pela precarização conferida ao trabalho. As promessas do discurso do trabalho funcionam como uma armadilha que atrai com boa remuneração, estabilidade no emprego e ausência de sobrecarga, mas prende o sujeito e lhe impossibilita de trabalhar, de se realizar profissionalmente, de registrar na sua identidade a sua produção, de deixar sua marca no plano social, contribuindo para a democracia e cidadania.

Observou-se que a mistura dos cargos de assessor de imprensa e de Relações Públicas da instituição com o do jornalista, corroborando com os estudos de Sant'Anna (2008), dificulta a localização do indivíduo dentro das prescrições, da sua formação e da

instituição. Essa confusão faz do indivíduo a variável de ajuste da discrepância, sujeitando-o às conseqüências dessa atitude.

Furtado o reconhecimento, o real do trabalho, dessa forma, é empurrado para o campo do invisível. Os pesquisados são reconhecidos apenas como servidores públicos, com seus direitos preservados, mas não são reconhecidos como jornalistas. A desorganização subjetiva que essa ação, esse trabalho nessas condições, é resultado do mal-estar ocasionado pela relação dos indivíduos com a organização do trabalho (Dejours, 2004b). A organização do trabalho dos pesquisados avalia-os como servidores públicos, e a escuta da presente pesquisa nos modelos propostos por Dejours (2008) proporcionou uma escuta dos jornalistas, desvelando aspectos invisíveis do trabalho e reconhecendo o sofrimento.

5.2 A discrepância entre trabalho prescrito e real

Este tópico pretende verificar a discrepância entre o trabalho prescrito e o real. Observa-se que a discrepância inicia-se entre os diferentes níveis de prescrição. O nível de princípios jornalísticos pressupõe a independência daqueles a quem cobrem, uma monitoração independente do poder, um espaço para crítica e liberdade para trabalhar de acordo com sua consciência. Tais elementos contradizem a descrição delimitada pela instituição, de divulgar e redigir “notícias, informações e mensagens de interesse da Casa” (*grifo acrescentado*). Por conseguinte, os jornalistas do órgão do serviço público pesquisado, para contemplar os interesses da Casa prescritos, não são independentes dos parlamentares e suas atividades; não possuem espaço para criticar, uma vez que eles são responsáveis pela boa imagem da instituição; e não trabalham de acordo com a sua consciência, haja vista que todos os entrevistados desejariam que o trabalho rumasse para outros lados.

A discrepância entre a lealdade para com os cidadãos (prescrita no nível de princípios), os interesses da Casa (prescrito no nível institucional) e o *savoir-faire* dos jornalistas (desvelado pela análise das entrevistas) que concluíram que, na prática, o público-alvo do jornalismo feito por eles são jornalistas de veículos privados (e não a população como um todo, conforme prescrição), é outro exemplo do que deve ser resolvido pelo trabalhador no momento em que se depara com uma situação problema envolvendo os citados. A solução adotada é reconhecida apenas pelos pares, e não pela hierarquia, renegando-a ao campo do invisível ou iluminando-a com a consciência da hierarquia para que possa ser punida. Qualquer uma das saídas gera um sofrimento patogênico, sem espaço para expressá-lo e ressignificá-lo. O estudo de Mendonça e Mendes (2005) ressalta as experiências de injustiça e sofrimento ocasionadas pela ausência de reconhecimento na relação entre chefes e subordinados. Tal estudo demonstra que a retaliação no contexto de uma organização pública como reações do trabalhador podem ser consideradas tipos de estratégias de enfrentamento do sofrimento.

A prescrição ditada pelo Ministério do Trabalho sobre a profissão de jornalista é ampla, genérica e se preocupa com questões do mercado de trabalho. É uma definição que completa o nível de prescrição dos princípios, pois pressupõe o jornalista vinculado a uma empresa, logo, também a contradiz, já que limita sua liberdade de trabalho e sua consciência aos desejos da organização. A intenção de abranger todas as possibilidades de trabalho do jornalista em uma definição carece das especificidades inerentes aos muitos veículos jornalísticos, tais como TV, Rádio, Internet, ou às diversas ocupações do jornalista em um veículo de comunicação, como repórter, redator, editor, chefe de reportagem, diagramador, assessor de imprensa, etc.

O trabalho prescrito não contempla vários aspectos invisíveis, entre eles a necessidade de se informar sobre os acontecimentos gerais e específicos envolvendo a Casa. Para que uma informação possa ser divulgada de forma compreensível e proporcional é preciso que o jornalista seja um generalista (saiba um pouco de tudo o que está acontecendo) e um especialista (possua conhecimento sobre aquele assunto específico relatado). Desvelar o invisível é essencial para compreender a realidade, reconhecer o sofrimento e transformar o trabalho. Os jornalistas relataram, como uma das primeiras etapas de trabalho, a necessidade de ler diversos jornais e revistas, assistir a noticiários televisivos e navegar na Internet buscando notícias e informações.

O cargo ocupado pelos participantes é o de Analista. Bem verdade que é exigido, pelo prescrito da instituição, a graduação em curso superior de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, mas também sinaliza que, antes de jornalista, ele é um analista, logo, um servidor público. A descrição do cargo no nível de prescrição ditado pela instituição é o mesmo da descrição do cargo nos editais de concurso para esta instituição. Todavia, várias modalidades previstas não são possibilitadas para o jornalista, como, por exemplo, trabalhar em uma TV, Rádio ou Jornal impresso.

A discrepância entre prescrito e real é evidenciada de muitas formas, como na falta de condições (o único meio é a Internet), na falta de uma chefia efetiva e presente, e na falta de fiscalização e interesse em fazer da Comunicação Social uma ferramenta estratégica. Percebe-se na análise do trabalho real que a identificação dos jornalistas é muito maior com o nível de prescrição dos princípios do que, por exemplo, com o nível de prescrição do Ministério do Trabalho ou com o da Casa. Os jornalistas entrevistados atribuem (em relatos saudosistas referentes ao tempo em que trabalhavam no setor privado) aos jornalistas da iniciativa privada uma maior proximidade para com esses princípios, se espelhando neles para tentarrem planejar modificações no trabalho.

5.3 As estratégias de mediação

A separação entre a concepção e a realização do trabalho é herança dos princípios da administração científica (Sobral e Peci, 2007). Essa separação, como visto antes, causa sofrimento por engessar o trabalho de acordo com a prescrição e por impossibilitar a expressão da palavra, uma vez que todo tempo e espaço deve ser destinado para o desempenho da produção (Crainer, 1998/1999). No caso dos jornalistas pesquisados, observa-se que o coletivo de trabalhadores é desarticulado em função do desamparo aprendido nas tentativas frustradas anteriores.

Segundo o relato dos entrevistados descrito no Núcleo do Sentido “*É a burocracia que acaba com tudo*”, a ausência de pressão por produção oferece aos trabalhadores tempo para discutir o trabalho com os pares, o que de fato acontece na instituição pesquisada. Todavia, nos relatos do Núcleo “*Vou me ocupando de outras coisas para me sentir ativo profissionalmente*”, as sucessivas tentativas frustradas de negociar uma mudança na organização do trabalho deixaram os jornalistas desiludidos (senão totalmente, pelo menos em boa parte). A ausência de um espaço para discussão com quem detem o poder de mudança se dá em parte pelo descrédito no sucesso em futuras tentativas, haja vista o histórico da falta de interesse da hierarquia na Comunicação Social, além da falta de sinalização a favor dos jornalistas pela atual hierarquia. É possível que o setor persista por ser a Comunicação Social prevista no Regimento Interno do órgão público, e seu quadro composto por servidores concursados, que, portanto, não podem ser simplesmente demitidos, a despeito da falta de vontade da hierarquia de se fazer da Comunicação Social uma ferramenta estratégica, atendendo a sua missão, prescrita no momento de criação e registrada em documentos oficiais.

Segundo os entrevistados, como a hierarquia não é concursada, conseqüentemente não é apreciada com a estabilidade no cargo, ela pensa apenas na sua passagem pela Casa. Os concursados não estão de passagem pela Casa, todavia, dependem da hierarquia para desenvolver um ambiente melhor. Com os interesses da hierarquia voltados para a perpetuação da estadia no cargo de poder, os interesses da instituição são menosprezados. Destarte, embora exista tempo ocioso que poderia ser usado para discutir o trabalho, não há espaço para tanto, no sentido de que a discussão não resulta num planejamento para o futuro da Comunicação Social da instituição, numa mudança na organização do trabalho ou no aumento do reconhecimento.

Um exemplo relatado de estratégia de mobilização coletiva (Ferreira e Mendes, 2003) dos jornalistas se deu no enfrentamento dos chefes nomeados que são completamente alheios ao jornalismo (alguns eram ex-professores de Educação Física, engenheiros, agrônomos, etc., todos sem nenhuma experiência na área do Jornalismo). Segundo os entrevistados, os jornalistas conjuntamente reclamavam do chefe para hierarquia, divulgavam o fato aos jornalistas do setor privado (que publicam a denúncia como anônima), recorriam ao sindicato dos servidores públicos, ou “gelavam” o chefe, o ignorando ou não o obedecendo. Ao mesmo tempo, eles se autoregulavam para que a demanda de trabalho fosse atendida, independente da ausência de pressão e de punição caso a demanda não fosse respondida. Essa estratégia teve um desfecho satisfatório para os jornalistas, que conseguiram a nomeação de um jornalista para o cargo de chefia (mesmo sendo um jornalista que não é servidor efetivo da Casa, conforme exigiam, já foi considerado por eles um avanço).

Como estratégias individuais (Ferreira e Mendes, 2003) para lidar com as outras discrepâncias entre o trabalho prescrito e o real tem-se relatos de afastamento (permanecer o máximo de tempo possível longe da instituição – “o que a gente faz é

isso: se afastar”) e de acomodação (racionalizações evitando e eufemizando a angústia, o medo e a insegurança vivenciados no trabalho – “Então, do ponto de vista da realização profissional, eu, senão tivesse me realizado em outras funções, em outras frentes, em outras tarefas, eu diria para você que me sentiria bastante desmotivada, bastante frustrada por pertencer a um órgão que exigia tão pouco de mim. Me dá um bom salário, porque os salários daqui são muito bons”). Não foi percebida a negação do próprio sofrimento e do sofrimento alheio no trabalho, conforme pode ser observado na pesquisa de Resende e Mendes (2004). A interpretação para tal é de que a categoria dos jornalistas é extremamente intelectualizada e politizada, portanto eles recorreram a outras estratégias. Muitos buscam fora da instituição a realização pessoal e profissional, com outro emprego ou com cursos procurando novos conhecimentos – “Porque muitos estão tomando outros rumos, né”.

Sentimentos persistentes de frustração, desesperança, dentre outros resultam da falha das estratégias de mediação na transformação do sofrimento do trabalhador e geram adoecimento. A saúde do trabalhador, segundo Dejours (1996), é o resultado da eficiência das estratégias de mediação do sofrimento. No caso de fracasso dessas estratégias é que se instala a patologia.

Os efeitos da indústria cultural (Adorno, 1944/2007) contaminam campos de trabalho distintos dos industriais. A autoridade impõe, neste contexto capitotalitarista (Batista, 2007), sem diálogo com os discordantes, a brasileirização do trabalho (Luque, 2006), ou seja, a constante precarização. A ausência de comunicação entre quem concebe e quem realiza o trabalho pressupõe uma aceitação submissa às regras de trabalho, rotulando de revolucionários ou encrenqueiros os que se opõe a isso, que, logo, devem ser excluídos. A falta de espaço para discussão no trabalho inicia-se no contrato padronizado e outorgado. Embora não tenha sido o foco desta pesquisa, sabe-se

que o impacto da falta de um exercício de discussão e negociação vai além do trabalho, afetando a vida privada e o tempo livre. Futuras pesquisas podem explorar esse campo tão importante e complexo, correlacionando as estratégias identificadas na presente dissertação com outras, como consumo de álcool, cigarro, medicamentos e drogas ilícitas, ou ainda do impacto do trabalho na vida familiar.

Cap. 6 – Conclusão

De fait, l'entreprise peut être un lieu essentiel d'apprentissage de la démocratie, mais elle peut aussi générer le pire au plan moral et politique¹⁶ (Dejours, 2001).

O trabalho é um local de grande aprendizado das regras da democracia. É preciso estudar e combater as novas formas de organização do trabalho que instrumentalizam a mão-de-obra e desumanizam o trabalho em nome de um único objetivo: a eficiência, e, eventualmente, o lucro. A tendência do desejo pelo máximo de eficiência no desempenho do trabalhador em curto prazo atropela uma visão em longo prazo do trabalho como fonte de emancipação, produção de saúde e veículo de bem estar social. É urgente a necessidade de se discutir o trabalho.

Debater o trabalho no plano político, no sentido estrito da palavra, é também debatê-lo no plano moral. A cisão entre a concepção e a realização do trabalho polariza a dinâmica do reconhecimento, supervalorizando o primeiro e menosprezando o segundo. A fragmentação do trabalho em pequenas etapas sem sentido e de baixo grau de dificuldade excessivamente repetidas, o controle do trabalhador e a sobrecarga de trabalho são, entre outras, estratégias de precarização do trabalho que desarticulam o coletivo de trabalhadores.

Sem um espaço para discutir o trabalho, propriedade exclusiva de quem o concebe, os responsáveis pela realização do trabalho não podem se organizar, reunir forças no coletivo, e negociar mudanças no mundo do trabalho. Inicialmente restritos ao contexto industrial, os princípios da administração científica contaminam cada vez mais outras áreas do trabalho. O controle excessivo sobre o trabalhador se estende até sobre outras profissões que têm como pré-requisito graduação em curso superior, isto é,

¹⁶ “De fato, a empresa poderia ser um lugar essencial da aprendizagem da democracia, mais ela pode também gerar uma piora no plano moral e político” (Dejours, 2001) – tradução livre.

das quais se esperava maior autonomia devido à qualificação do indivíduo, como é o caso aqui estudado dos jornalistas do serviço público. No entanto, estes se encontram alheios às decisões políticas e administrativas da Comunicação Social e da instituição, impossibilitados de promover modificações no trabalho.

Debater politicamente e moralmente o trabalho é um processo que gera muita resistência, haja vista que o controle sobre o trabalhador não se limita ao seu corpo e seus movimentos, mas também à sua subjetividade e aspectos cognitivos (Antunes, 1999, 2001). Promover mudanças significaria diluir o poder concentrado nas mãos de poucos entre os muitos envolvidos no trabalho. Esse deveria ser o exercício da aprendizagem da democracia, mas o que se percebe é a perpetuação de métodos ditatoriais e excludentes que mantêm ou aumentam a distância entre os homens dentro de uma empresa.

Os jornalistas do órgão do serviço público pesquisado sofrem com a crescente precarização do trabalho. Esta precarização se evidencia com o diagnóstico de alienação cultural, com a ausência de liderança e gerenciamento efetivos, com a falta de um espaço para discussão do trabalho entre os jornalistas e a hierarquia, com a carência de condições de trabalho, com o baixo reconhecimento horizontal do trabalho e com os sentimentos de frustração profissional e de perda do sentido do trabalho. Ao contrário do que prega o referencial teórico apresentado, cuja gestão do trabalho se dá no aumento da velocidade da esteira de produção, na sobrecarga, no controle rígido dos horários e do ritmo de produção, e no medo da demissão.

A saúde do jornalista do serviço público, compreendida como o equilíbrio dinâmico entre as estratégias de mediação e o sofrimento, se apóia na boa remuneração e na estabilidade do emprego (aspecto raro na sociedade do desemprego estrutural). A identificação com a profissão de jornalista corrobora com os resultados encontrados por

Heloani (2006), embora, segundo os entrevistados dessa pesquisa, não se verifique na iniciativa privada a frustração com relação à quantidade e à qualidade da produção do jornalismo do serviço público. A fronteira entre a saúde e a doença destes é tênue, e muitas vezes os jornalistas procuram fora do trabalho o tratamento adequado, quando buscam em outros cursos ou em um segundo emprego a sensação de estar profissionalmente ativo. O aumento da qualificação não se reflete no trabalho, nem no desempenho, nem no julgamento de utilidade.

As pessoas desenvolvem estratégias para lidar com a precarização e com a ausência de reconhecimento. Estas estratégias vão desde a mobilização do grupo (contra um chefe ou em torno de um *house organ* – estratégias coletivas), às estratégias individuais, como o afastamento do trabalho, acomodação, procura por atividades extra-trabalho, etc. Há uma dissociação entre o trabalho e a produção de riquezas dos servidores públicos, em especial dos jornalistas. Não é o trabalho que produz as riquezas, mas seu vínculo, sua submissão e seu adoecimento. Tal evidência estimula a produção de violência no trabalho (Dejours, 2007b). Uma violência não necessariamente física, mas moral, subjetiva, social e cultural.

Observa-se um empobrecimento do sentido do trabalho pela estrutura do serviço público. Os trabalhadores pesquisados são qualificados, mas não exercem alteridade, não possuem liberdade de pensar e expor idéias, de exercer criatividade, autonomia e independência de idéias, em suma, de serem sujeitos de si mesmo. Antes de serem o profissional para o qual foram preparados, são servidores públicos, e isso pode atrapalhar na hora de colocar em prática tudo aquilo que aprenderam.

O seqüestro da parte nobre do trabalho, que é o exercício da democracia, o registro do trabalho na identidade, mostrar o que se sabe fazer, defender seu ponto de vista sobre a maneira de trabalhar se dá porque não há coordenação, há apenas o

seguimento estrito de uma prescrição que não contempla a realidade. A coordenação gerencia um ambiente humano, propiciando colaboração, solidariedade e emancipação. Para isso pressupõem-se relações de confiança entre os trabalhadores e a organização. Sabe-se, a partir dos conhecimentos desenvolvidos pela psicanálise, dos efeitos danosos da ausência de uma figura de autoridade. Trabalhar não é uma questão puramente técnica, mas também de construção de regras e de convivência com o coletivo – exercício fundamental para a democracia e para a cidadania.

A habilidade de coordenar e gerenciar eficientemente exige comportamentos que não podem ser prescritos. A presente pesquisa mostrou algumas defesas utilizadas para lidar com a relação entre a burocracia e a ação do trabalho dos jornalistas do serviço público. O impacto da burocratização na subjetividade dos servidores públicos é percebido nas estratégias de mediação, cujo uso desmedido e freqüente pode desencadear patologias sociais, como a servidão voluntária (Mendes, 2007).

Os interesses demonstrados pela hierarquia dos jornalistas do serviço público não condizem com a função social da instituição pública, nem com a responsabilidade social que a Casa possui sobre seus trabalhadores. A subversão da Comunicação Social em um setor que transfere dinheiro da publicidade para apadrinhados políticos é uma grave denúncia da precarização do trabalho. Reza-se um discurso de acomodação na estabilidade e na ausência do medo de demissão, enquanto se aumenta o controle burocrático sobre o trabalhador; em detrimento da realização profissional dos jornalistas e da missão de informar bem a população.

Missão que não é desempenhada, uma vez que, são os jornalistas da iniciativa privada quem se satisfazem com a produção dos jornalistas do serviço público. Eles procuram a página na internet da Casa e entram em contato com os jornalistas pessoalmente ou por telefone para verificar alguma informação, clarear ou completar a

reportagem produzida para o veículo privado de comunicação, além de utilizarem a produção dos jornalistas do serviço público para pautarem suas linhas editoriais.

A presente dissertação de mestrado espera contribuir para o entendimento da realidade de trabalho dos jornalistas, em especial os do órgão público pesquisado, categoria de pesquisa inédita dentro do referencial investigado, mas também para a realidade do trabalho no serviço público, aprofundando nos estudos de Lima (2008). As reflexões sobre os efeitos da epidemia taylorista nos diferentes campos do trabalho avançam na questão da discrepância entre o trabalho prescrito e o real, com o entendimento dos diversos níveis de prescrição interagindo entre si. Espera-se que esta pesquisa motive outras no intuito de transformar o trabalho em um lugar melhor, ressaltando-se a importância de ser este um lugar privilegiado na aprendizagem dos princípios democráticos, na formação da identidade e na saúde dos trabalhadores.

Do ponto de vista teórico, aprofundou-se na precisão de uma definição mais exata do trabalho prescrito, colaborando para futuras produções no campo da Psicodinâmica do Trabalho. Profissões que exigem a necessidade de uma qualificação anterior à entrada em uma instituição (um curso superior em Comunicação Social, por exemplo) já pressupõem uma prescrição a ser seguida, fora a prescrição imposta pela organização do trabalho. Os vários níveis de prescrição nos levam a refletir sobre a teoria, sobre se além dos níveis de prescrição formal, os registrados em papel, não caberia também pensar sobre níveis informais, como à orientação verbal de um superior imediato ou de um colega de trabalho antes de uma dada tarefa, ou ainda ao treinamento disponibilizado pela instituição.

Enfim, abrem-se novos campos de pesquisa nas ciências do trabalho. Como futura agenda de pesquisa recomenda-se o estudo do impacto do trabalho vazio, sem sentido, na vida privada; além do levantamento de características da vida privada, como

hobbies, alcoolismo, cigarro e vícios de maneira geral, compulsão alimentar, etc., e correlacioná-las ao trabalho.

Referências

- Abrahão, J. I.; Torres, C. C. (2004). Entre a mediação do trabalho e o sofrimento: o papel da mediação da atividade. Em: *Revista Produção*, v. 14, n. 3, pp. 67-76.
- Abramo, P. (2003). *Padrões de Manipulação da grande imprensa*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, SP.
- Adorno, T. W.; Horkheimer, M. (1944/2006). *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*. (trad. Guido Antonio de Almeida). Editora Zahar: Rio de Janeiro, RJ.
- Adorno, T. W. (1944/2007). *Indústria Cultural e Sociedade*. (trad. Julia Elisabeth Levy, Augustin Wernet, Jorge Mattos Brito de Almeida, Maria Helena Ruschel). 4ª Ed. Editora Paz e Terra S/A: São Paulo, SP.
- Almeida, N. D. V. (2002). Contemporaneidade X trânsito reflexão psicossocial do trabalho dos motoristas de coletivo urbano. Em: *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 22, n. 3. Brasília, DF.
- Amador, F. S.; Santorum, K.; Cunha, C. S.; Braum, S. M. (2002). Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na brigada militar. Em: *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 22, n. 3. Brasília, DF.
- Aguiar, R. M. R.; Almeida, S. F. C. (2008). *Mal-Estar na Educação – O Sofrimento Psíquico dos Professores*. Juruá Editora: Curitiba, PR.
- Antloga, C. S. X. (2003). *Estilo de contato da organização com o funcionário e sofrimento no trabalho: estudo de um caso de uma empresa de material de construção no Distrito Federal*. Dissertação de mestrado na área de concentração “Psicologia Social e do Trabalho”, linha de pesquisa “Ergonomia”, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho*. Editora Boitempo: São Paulo, SP.
- Antunes, R. (2001). *A questão do emprego no contexto da reestruturação do trabalho no final do século XX: globalização, trabalho e desemprego*. Editora com Arte: Belo Horizonte, MG.
- Assis, D. T. F.; Macedo, K. B. (2008). Psicodinâmica do Trabalho de uma banda de Blues. Em: *Psicologia e Sociedade*, 20 (1): pp. 117-124.
- Athayde, M.; Figueiredo, M. G. Organização do trabalho, subjetividade e confiabilidade na atividade de mergulho profundo. *Revista Produção Online*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 172-183, 2005
- Bardin, L. (1977/2004). *Análise de Conteúdo*. (Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro). Edições 70: Lisboa.

Barfknecht, K. S.; Merlo, A. R. C.; Nardi, H. C. (2006). Saúde Mental e Economia Solidária: Análise das Relações de Trabalho em uma Cooperativa de Confeção em Porto Alegre. Em: *Psicologia e Sociedade*; 18 (2): pp. 54-61.

Barros, P. C. R.; Mendes, A. M. (2003). Sofrimento psíquico no trabalho e estratégias defensivas dos operários terceirizados da construção civil. Em: *Psico-USF*, v. 8, n. 1, pp. 63-70.

Batista, J. B. (2007). Trabalho, sofrimento e patologias sociais: estudo com trabalhadores bancários e anistiados políticos de uma empresa pública. Dissertação de mestrado na área de concentração "Psicologia Social e do Trabalho", linha de pesquisa "Ergonomia", Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília DF.

Bauer, M. W. (2000/2002). *Análise de Conteúdo Clássica: uma revisão*. Em: *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (Bauer, M. W.; Gaskell, G.) (orgs.) (trad. Pedrinho A. Gareschi). Petrópolis: Editora Vozes.

Crainer, S. (1998/1999). Os revolucionários da Administração: um guia indispensável dos pensadores e suas idéias que criaram e revolucionaram a administração e o mundo dos negócios. (trad. Roberto Galman). Negócio Editora: São Paulo, SP.

Colares, L. G. T.; Freitas, C. M. (2007). Processo de trabalho e saúde de trabalhadores de uma unidade de alimentação e nutrição: entre a prescrição e o real do trabalho. Em: *Cad. Saúde Pública*, 23(12): pp. 3011-3020. Rio de Janeiro, RJ.

Consolidação das Leis de Trabalho. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em: <http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/legis/CLT/INDICE.html>. Acessado em: 03/01/2008.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acessado em: 03/01/2008.

DeFleur, M. L.; Ball-Rokeach, S. (1993). Teorias de Comunicação de Massa. (trad. Octavio Alves Velho). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Dejours, C.; Abdoucheli, E.; Jayet, C. (1994). *Psicodinâmica do Trabalho – Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho*. Editora Atlas S/A: São Paulo, SP.

Dejours, C. (1980/1992). *A loucura do trabalho: um estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez.

Dejours, C. (1993). Pour une Clinique de la médiation entre psychanalyse et politique : la psychodynamique du travail. Disponível em: <http://mapageweb.umontreal.ca/scarfond/T3/3-Dejour.pdf>. Acesso em: 08/01/2009.

Dejours, C. (1996). Uma nova visão do sofrimento nas organizações. Em: Chanlat, J. F. (org.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. (pp. 149-173). São Paulo, Atlas.

Dejours, C. (1997). O fator humano. (trad: Maria Irene Stocco Bestiol, Maria José Tonelli). Editora: Fundação Getúlio Vargas, RJ.

Dejours, C. (1998). Souffrance em France – La banalisation de l’injustice sociale. Éditions du Seuil.

Dejours, C. (1999). Conferências Brasileiras. Identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. (trad. Ana Carla Fonseca Reis). Edição FGV e Edições Fundap, São Paulo, SP.

Dejours, C. (2001). Le mal-vivre ensemble. Em: Journal Le Monde, edição de 16/01/01, www... . Acessado em: 07/01/2008.

Dejours, C. (2004a). Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Selma Lancman & Laerte Idal Sznelwar (orgs.). Editora Paralelo 15, Brasília, DF; Editora Fiocruz, São Paulo, SP.

Dejours, C. (2004b). Subjetividade, trabalho e ação. (trad. Heliete Karam, Júlia Abrahão). Em: Revista Produção, v. 14, n.3, pp. 27-34.

Dejours, C. (2007a). A psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade. Em: Mendes, A. M.; Lima, S. C. C.; Facas, E. P. (orgs.). Diálogos em Psicodinâmica do Trabalho. Editora Paralelo 15: Brasília, DF.

Dejours, C. (2007b). Conjurer la violence: Travail, violence, sante. Paris - França: Editora Payot.

Dejours, C. (2008). Avaliação do trabalho submetida à prova do real – Crítica aos fundamentos da avaliação. Em: Sznelwar, L. I.; Mascia, F. L. Trabalho, Tecnologia e Organização. Editora Blucher: São Paulo, SP.

Dejours, C. (2008b). *Novas formas de servidão e suicídio*. Em: Mendes, A. M. (org). Trabalho e Saúde: O sujeito entre emancipação e servidão. Juruá Editora: Curitiba, PR.

Fernandes, J. D.; Ferreira, S. L.; Albergaria, A. K.; Conceição, F. M. (2002). Saúde Mental e Trabalho Feminino: Imagens e Representações de Enfermeiras. Em: Rev. Latino-am Enfermagem; 10(2): pp. 299-206.

Ferreira, M. C.; Mendes, A. M. (2001). “Só de pensar em vir trabalhar, já fico de mau humor”: atividade de atendimento ao público e prazer-sofrimento no trabalho. Em: Estudos de Psicologia, 6(1): pp. 93-104.

Ferreira, M. C.; Mendes, A. M. (2003). Trabalho e risco de adoecimento: o caso dos Auditores-Fiscais da Previdência Social Brasileira. LPA Edições: Brasília, DF.

Ferreira, J. B.; Mendes, A. M.; Calgaro, J. C. C.; Blanch, J. M. (2006). Situações de assédio moral a trabalhadores anistiados políticos de uma empresa pública. Em: Psicologia em Revista, v. 12, n. 20, pp. 215-233. Belo Horizonte, MG.

Ferreira, M. C. (2007). *O mito do relógio de ponto*. Acesso em 20/02/2008. Disponível em: <http://www.sinpaf.org/modules/smartsection/item.php?itemid=162>.

Figueiredo, M.; Alvarez, D.; Athayde, M.; Suarez, J. D.; Pereira, R. (2007). Reestruturação produtiva, terceirização e relações de trabalho na indústria petrolífera offshore da Bacia de Campos (RJ). Em: *Gest. Prod.*, v. 14, n. 1, pp. 55-68. São Carlos.

Fonseca, C. M. B. M.; Santos, M. L. (2007). Tecnologias da informação e cuidado hospitalar: reflexões sobre o sentido do trabalho. Em: *Ciência & Saúde Coletiva*, 12(3): pp. 699-708.

Franco, M. L. P. B. (2007). *Análise de Conteúdo*. 2ª edição. Brasília: LiberLivro.

Freud, S. (1969/1997). *O Mal-Estar na Civilização*. (trad. José Octávio de Aguiar Abreu). Imago Editora Ltda: Rio de Janeiro, RJ.

Freud, S. (1964/1966). *Psicopatologia da vida cotidiana*. (trad. Álvaro Cabral). Editora Zahar: Rio de Janeiro, RJ.

Glina, D. M. R.; Rocha, L. E.; Batista, M. L.; Mendonça, M. G. V. (2001). Saúde mental e trabalho: uma reflexão sobre o nexos com o trabalho e o diagnóstico, com base na prática. Em: *Cad. Saúde Pública*, 17(3): pp. 607-616. Rio de Janeiro, RJ.

Gonçalves, A. F. M. (2004). *Flexibilização trabalhista*. Em: *Série Ciências Laborais*. Mandamentos Editora: Belo Horizonte, MG.

Grisci, C. L. I.; Rodrigues, P. H. (2007). *Trabalho imaterial e sofrimento psíquico: o pós-fordismo no jornalismo industrial*. Em: *Psicologia e Sociedade*; 19(2), pp. 48-56.

Gutierrez, B. A. O.; Ciampone, M. H. T. (2006). Profissionais de enfermagem frente ao processo de morte em unidades de terapia intensiva. Em: *Acta Paul Enferm*; 19(4): pp. 456-61.

Heloani, R. (2006). O trabalho do jornalista: estresse e qualidade de vida. *Revista Interações*, jul-dez, ano/vol. XII, número 022. Universidade São Marcos, São Paulo, pp. 171-198.

Hernandes, J. C.; Macêdo, K. B. (2008). Prazer e Sofrimento no Trabalho Numa Empresa Familiar : o caso de um Hotel. Em: *Revista Gestão Organizacional*, v. 1, n. 1, pp. 7-19.

IPTAN. (2009). Em: http://iptan.edu.br/revista/artigos/texto3_02.pdf. Acessado em: 05/01/2009). *Revista IPTAN*: São João Del Rei, MG.

Iriart, J. A. B.; Oliveira, R. P.; Xavier, S. S.; Costa, A. M. S.; Araújo, G. R.; Santana, V. S. (2008). Representações do trabalho informal e dos riscos à saúde entre trabalhadoras domésticas e trabalhadores da construção civil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(1): pp. 165-174.

Karam, H. (2007). "A gente não tem direito à palavra". Comentário sobre fragmento do filme *Ils ne mouraient pas tous, mais tous étaient frappés*. Em: Mendes, A. M.; Lima, S. C. C.; Facas, E. P. (orgs.). *Diálogos em Psicodinâmica do Trabalho*. Editora Paralelo 15: Brasília, DF.

Karam, H. (2008). *Centralidade do trabalho e saúde mental pública*. Em: Mendes, A. M. (org.). *Trabalho e Saúde: O sujeito entre emancipação e servidão*. Juruá Editora: Curitiba, PR.

Karam, F. J. (2004). *A ética jornalística e o interesse público*. Summus Editorial: São Paulo, SP.

Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2003). *Elementos do Jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir*. São Paulo: Geração Editorial.

Lancman, S.; Sznelwar, L. I.; Uchida, S.; Tuacek, T. A. (2007). O trabalho na rua e a exposição à violência no trabalho: um estudo com agentes de trânsito. *Interface - Comunic, Saúde, Educ*, v.11, n.21, pp.79-92.

Lima, H. K. B. (2008). *Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no Trabalho no Contexto do Poder Legislativo do Distrito Federal*. Dissertação de mestrado na área de concentração "Psicologia Social e do Trabalho", linha de pesquisa "Ergonomia", Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília DF.

Lucca, S. R.; Schmidt, M. L. G. (2004). *Psicodrama: uma abordagem metodológica qualitativa para o estudo da saúde do trabalhador*. *Psicol. Am. Lat.* n.2, México.

Lunardi Filho, W. D. ; Erdmann, A. L. ; Gomes, G. C. . O sofrimento psíquico em trabalhadores de UTI interferindo no seu modo de viver a enfermagem. *Revista Enfermagem (UERJ)*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 93-99, 2006.

Luque, A. G. (org.). (2006). *Sociopsicologia del trabajo*. Editorial UOC.

Malvezzi, S. (2004). Prefácio. Em: Zanelli, Andrade e Bastos (orgs.). *Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil*. São Paulo: Artmed Editora.

Martinez, W. R. V.; Chaves, E. C. (2007). Vulnerabilidade e sofrimento no trabalho do Agente Comunitário de Saúde no Programa de Saúde da Família. *Rev Esc Enferm USP*; 41(3): pp. 426-33.

Marx, K. (1867/1983). *O Capital: crítica da economia política*. (trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe). Coleção Os Economistas. Abril Cultural: São Paulo, SP.

Mascarello, M. R. P.; Barros, M. E. B. (2007). Nos fios de Ariadne: cartografia da relação saúdetrabalho numa escola pública de Vitória-ES. *Revista Brasileira de Educação*, v. 12 , n. 34.

Medina, C. (1998). *Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 2ª edição, São Paulo: Summus.

Mendes, A. M. (2002). Algumas contribuições teóricas do referencial psicanalítico para as pesquisas sobre organizações. *Revista Estudos de Psicologia*, 7, pp. 89-96.

Mendes, A. M., Borges, L. O., Ferreira, M. C. (2002). Trabalho em transição, Saúde em Risco. Ed. UnB. Brasília, DF.

Mendes, A. M.; Morrene, C. F. (2003). A ressignificação do sofrimento psíquico no trabalho informal. Em: *rPOT*, v. 3, n. 2, pp. 91-118.

Mendes, A. M.; Costa, V. P.; Barros, P. C. R. (2003). Estratégias de enfrentamento do sofrimento psíquico no trabalho Bancário. Em: *Estudos e Pesquisas em Psicologia (UERJ)*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 59-72.

Mendes, A. M.; Silva, R. R. (2006). Prazer e sofrimento no trabalho dos líderes religiosos numa organização protestante neopentecostal e noutra tradicional. *Psico-USF*, v. 11, n. 1, pp. 103-112.

Mendes, A. M. et ali. (2007). *Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas*. Casa do Psicólogo: São Paulo, SP.

Mendes, A. M. (org.). (2008). *Trabalho e Saúde: o sujeito entre emancipação e servidão*. Curitiba: Juruá Editora.

Mendonça, H.; Mendes, A. M. (2005). Experiência de injustiça, sofrimento e retaliação no contexto de uma organização pública do estado de Goiás. Em: *Psicologia em Estudo*, v. 10, n. 3, pp. 489-498: Maringá.

Merlo, A. R. C.; Barbarini, N. (2002). Reestruturação produtiva no setor bancário brasileiro e sofrimento de caixas executivos: um estudo de caso. Em: *Psicologia & Sociedade*, 14 (1), pp. 103-122: UFRS.

Merlo, A. R. C.; Vaz, M. A.; Spode, C. B.; Elbern, J. L. G.; Karkow, A. R. M.; Vieira, P. R. B. (2003). O trabalho entre prazer, sofrimento e adoecimento: a realidade dos portadores de lesões por esforços repetitivos. Em: *Psicologia & Sociedade*; 15 (1): pp. 117-136.

Ministério do Trabalho. (2008). Disponível em: www.mte.gov.br. Acesso em: 25/10/2008.

Moraes, R. D. (2005). Prazer e sofrimento no trabalho docente: estudo com professores de ensino fundamental em processo de formação superior. *Psicologia (Florianópolis)*, v. 5, pp. 159-183.

Morrone, C. F. ; Mendes, A. M. (2003). A resignificação do sofrimento no trabalho informal. Em: *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, v. 3, n. 2, p. 91-118: Florianópolis, SC.

Motta, L. G. (2003). O jogo entre intencionalidades e reconhecimentos: Pragmática jornalística e construção de sentidos. *Comunicação e espaço público*, 6 (1 e 2), 7-38.

Palácios, M.; Duarte, F.; Câmara, V. M. (2002). Trabalho e sofrimento psíquico de caixas de agências bancárias na cidade do Rio de Janeiro. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 18(3): pp. n843-851.

Peres, F.; Rozemberg, B.; Lucca, S. R. (2005). Percepção de riscos no trabalho rural em uma região agrícola do Estado do Rio de Janeiro, Brasil: agrotóxicos, saúde e ambiente. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 21(6): pp. 1836-1844.

Pinto, F. M. (2008). Ensaio Teórico: A inteligência do corpo. Categoria : Resenha de livros, artigos, entrevistas, vídeos. Publicado por Francinaldo em 30/8/08.

Porcher, J. (2004). “Você liga demais para os sentimentos” “Bem-estar animal”, repressão da afetividade, sofrimento dos pecuaristas. *Revista Produção*, v. 14, n. 3, pp. 035-044

Resende, S. (2003). Vivências de Prazer e Sofrimento no trabalho bancário: o impacto dos valores individuais e das variáveis demográficas. Dissertação de mestrado na área de concentração "Psicologia Social e do Trabalho", linha de pesquisa "Ergonomia", Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília DF.

Resende, S.; Mendes, A. M. (2004). A sobrevivência como estratégia para suportar o sofrimento no trabalho bancário. *rPOT*, v. 4, n. 1, pp. 151-175.

Rocha, S. R. A. (2003). Condições de Trabalho e Saúde do Trabalhador. In: VI Congresso dos Trabalhadores em Educação, 2003, Brasília. VI Congresso dos Trabalhadores em Educação. Brasília : SINPRO - DF, v. 01.

Rosenfield, C. L. (2003). Autonomia outorgada e relação com o trabalho: liberdade e resistência no trabalho na indústria de processo. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, pp. 350-378.

Rubim, A. A. C. (1993). Política em Tempos de Media: Impressões de Crises. *Cadernos do Ceas*, Salvador, v. 1, n. 148, p. 33-47.

Sant'Anna, F. (2008). *Mídia das Fontes. O difusor do jornalismo corporativo*. Editora Casa das Musas: Brasília, DF.

Santos, G. B. (2006). As estratégias de fuga e enfrentamento frente às adversidades do trabalho docente. *Estudos e pesquisas em psicologia*, UERJ, ano 6, n. 1.

Seabra, R. (2002). Dois séculos de imprensa no Brasil: do jornalismo literário à era da internet. Em: Motta, Luiz Gonzaga (org.). *Imprensa e Poder*. Editora Universidade de Brasília: Brasília, DF.

Silva, E. P.; Heloani, R. (2007). Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa em saúde mental e trabalho: reflexões a partir de uma análise comparativa do estresse em jornalistas e guardas municipais. Em: *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 10, n. 1, pp. 105-120.

Simoni, M. Santos, M. L. (2003). Considerações sobre cuidado paliativo e trabalho hospitalar: uma abordagem plural sobre o processo de trabalho de enfermagem. *Psicologia USP*, 14(2), pp. 169-194.

Sobral, F.; Peci, A. (2007). *Administração: teoria e prática no contexto brasileiro*. Editora Pearson Prentice Hall: São Paulo, SP.

Sodré, B. (2007). *PBS: Public Broadcasting Service – Um Modelo de TV Pública*. Editora Casa das Musas: Brasília, DF.

Sousa, C. M.; Mendes, A. M. B. (2006). Viver do lixo ou no lixo? A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativados no Distrito Federal - Estudo Exploratório. *Psicologia (Florianópolis)*, v. 6, pp. 13-41.

Spector, P. E. (2002/2006). *Psicologia nas Organizações*. (trad. Cid Knipel Moreira e Célio Knipel Moreira). Editora Saraiva: São Paulo, SP.

Spode, C. B.; Merlo, A. R. C. (2006). Trabalho Policial e Saúde Mental: Uma Pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19 (3), pp. 362-370.

Sznelwar, L.; Uchida, S. (2004). Ser Auxiliar de enfermagem: um olhar da psicodinâmica do trabalho. *Revista Produção*, v. 14, n. 3, pp. 087-098.

Sznelwar, L. I.; Lancman, S.; Wu, M. J.; Alvarinho, E.; Santos, M. (2004). Análise do trabalho e serviço de limpeza hospitalar: contribuições da ergonomia e da psicodinâmica do trabalho. *Revista Produção*, v. 14, n. 3, pp. 045-057.

Waisbord, S. (1996). *Contando histórias de corrupção: narrativa de telenovela e moralidade populista no Caso Collorgate*. Em *Comunicação & Política* v. III, nº 2 , p. 94-111.